

# MULHERIO

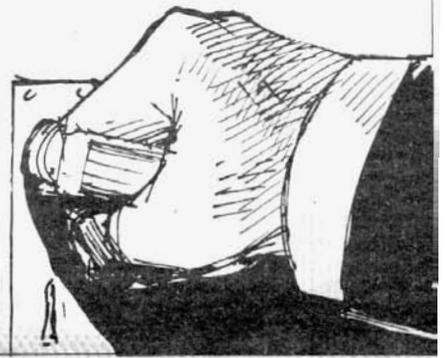
ANO III, nº 13

MAIO/JUNHO 1983

Cr\$ 250,00



*Nós  
e o  
Poder*



PARISO

## Meu caro leitor



Recebi o exemplar nº 10 como divulgação e agradeço. Quero adiantar minha tremenda simpatia pelo *Mulherio* e também o meu reconhecimento de que se trata de um trabalho fundamental em termos de imprensa feminina no Brasil, já que aqui mulher em geral ainda é considerada artigo de "cama e mesa", infelizmente.

Confesso que me sinto ligeiramente intimidado — já que a correspondência foi encaminhada à "Prezada Leitora" — em dar o meu palpite sobre algo que, na realidade, não foi endereçado à minha tralha, ou seja, aos "machos" em termos expressos. Resalvo, também, que o "leitor" que aqui fala é apenas um moço do interior de Minas (Cataguases) com todas as limitações que esta circunstância pode acarretar.

Eu quero dizer que existe uma diferença muito grande entre a mulher da Capital e a mulher do Interior, que, infelizmente, por ser preparada para ser mamãe, para ser "mulher posse", tem uma tendência natural ao acomodamento, ao "amém".

É ilusão a gente pensar que, do dia pra noite, nossas esposas se levantarão como num passe de mágica e se livrarão de toda esta estrutura patriarcal (eu prefiro dizer "maritarcal") que pesa sobre suas cabeças e elas não percebem. Lógico que o jornal de vocês, pra mim, é excelente. Eu como semiletrado entendo perfeitamente a linguagem de vocês. O jornal de vocês é importantíssimo para o povo. E o nosso povo precisa ser despertado para a leitura. Acho que a linguagem de vocês não atinge a camada mais comum das mulheres. As do tipo que citei acima. Acho que deveria se mudar um pouco a linguagem de vocês. Quando pego o *Mulherio* e começo a ler tenho a impressão de ser um jornal de um certo movimento feminista, entendem? Não parece ser um jornal endereçado às mulheres em geral. Não estou propondo aqui uma literatura rasteira, tipo esquerdismo estreito. Proponho uma literatura bem endereçada, em linguagem simples e objetiva para acordar as mães que a esta hora devem estar de papo no portão com a vizinha ou curtindo lá um Sétimo Céu.

Em segundo lugar, e aqui não vou entrar em detalhes por ser o assunto muito amplo e polêmico, eu quero dizer que o que me levou a não renovar a assinatura com

vocês (mas já mudei de idéia) foi o posicionamento desse jornal quanto à questão do aborto. Apesar da minha omissão, falha minha é claro, eu quero dizer que não concordo com o ponto de vista de vocês. Acho que vida e criança não se acaba no embrião. Se for possível a gente pode, futuramente, ampliar a discussão. Um beijão pra todas!

Vanderlei Teixeira Cardoso, Mirai, MG

Recado da Adélia: Vamos sim, Vanderlei, ampliar essa e outras discussões. Até mesmo sobre o nosso lapso de encaminhar a correspondência à "prezada leitora": você já pensou como nós mulheres nos sentimos intimidadas de sermos sempre "prezados leitores"? E o seu "aos editores do *Mulherio*", do início da carta, foi vingança ou lapso? Sua carta é muito estimulante, é ótimo ter você como leitor.

## Ele fecha com a Zuleika



Estranhei muita coisa no nº 11, na matéria "Façam o que eu digo, não façam o que eu faço". Logo de início a citação da China: há muito que a URSS diverge do que fazem por lá, isto é sabido de sobra.

Em Leia Livros de março Leandro diverge de que Friedrich Delmuth tenha sido criado por uma ama-seca a fim de manter a reputação de Marx. Ele cita, sem se escandalizar tanto, a reconstrução do episódio em 1962 por Werner Blumenberg: "Engels, o fiel amigo, assumiu a paternidade da criança, para ajudar o apavorado Karl. O filho — Friedrich Delmuth — foi entregue a uma família para cuidar, tornou-se um cidadão muito benquisto no East End de Londres e viveu até 1929".

Quanto a Marx não ter gostado nem um pouco de que sua esposa tenha sido presa por engano e colocada junto de prostitutas, pergunto: quem gostaria de ter a esposa nessa companhia?

Não vejo ironia contra a mulher na carta mencionada de Marx a Kugelman, quando diz que "o progresso social é exatamente medido pela posição social do belo sexo (incluídas as feias)". E sim um lance de humor.

Quanto à presença de Inês Armand na vida de Lenin, a autora do trabalho em referência ela mesma observa que em Paris só se encontravam na presença de terceiros. E depois de ter dito que os marxistas limitam a mulher à simples representação nos organismos revolucionários (masculinos), conta que Inês Armand morreu em 1920 depois de ter exercido

funções no partido e no governo da Rússia dos soviéticos. Em que ficamos?

Quanto ao seu enterro, a autora cita a Krupskaja, que descreveu Lenin "transtornado, pálido". Como é que logo em seguida diz que Lenin "não se podia permitir emoções apaixonadas"? E mais: que ele, foi só baixar o caixão à cova, virou-se e entrou no seu escritório. Curioso, o escritório dele no cemitério.

E conclui perguntando o que aconteceu à cozinheira soviética e responde: "Mandaram-na de volta ao forno e ao fogão". Isso me faz lembrar de um artigo reconhecendo o número incrível de mulheres médicas na URSS, mas com uma ponderação: lá, ser médico é exercer profissão de segunda categoria. Não sabia que lá existe Inamps...

Fiquei confuso com essa matéria tão pouco condizente com o teor habitual do sempre apreciado *Mulherio*. Parece-me precário o exigir total coerência entre teoria e atos. Não é teorizar, certo, que transforma um homem, herdeiro de toda a secular herança cultural do machismo, como não é a simples tomada do poder que modifica toda a sociedade. Não se vence facilmente essa dicotomia entre idéias e ações.

"Vivemos numa sociedade machista e mesmo um governo democrático não está imune a essa debilidade" — declarou Zuleika Alambert no debate promovido a 9 de março pela Folha de S. Paulo sobre a participação das mulheres no governo Franco Montoro. Entre Maria Antonieta Macciochi e Zuleika Alambert, fico com esta última.

Aristides Gabriel, São Paulo.

## Outra jóia obscurantista



Acabei de ler a matéria do Valdeci (*Mulherio* nº 12) sobre a discriminação patronal contra as mulheres. Ela me fez lembrar uma frase ouvida por vários colegas da TV Cultura, quando eu ainda estava lá, do Diretor de Jornalismo, Odilon Silva, sobre a contratação de mulheres e sindicalistas para a redação: "Vou acabar com mulher e sindicalista nesa redação (eu era o único com mandato sindical). O sindicalista está toda hora viajando para Moscou e mulher está sempre de licença por causa de gravidez." Como se vê, uma jóia do pensamento obscurantista, só comparável com o documento dos Laboratórios Ayerst, publicado no *Mulherio*.

E parabéns pelo jornal, está cada vez melhor.

Laurindo Leal Filho, São Paulo

## Mulherio é separatista?



Sou assinante do *Mulherio* desde que o conheci, no seu segundo número. Vejo a nossa luta, de conscientização própria, bem como da sociedade em que vivemos, como algo urgente e essencial para a nossa libertação. No meu trabalho de conscientização procuro fazer com que meu namorado — um tanto quanto preso à sua educação, ainda! — ainda perceba a importância deste jornal e participe também das leituras bimestrais. Porém ele alega que é um jornal separatista, conquanto sua redação é composta somente de mulheres. Poderiam me explicar qual a causa de ainda não ter aparecido homem na equipe?

A.B., Florianópolis, SC

Não somos fechadas à participação dos homens, pelo contrário. Já publicamos várias colaborações masculinas. No último número, por exemplo, é de um homem, Juca Martins, a foto de capa é de outro homem, Valdeci Verdelho, a matéria da pág. 3, sobre sindicato.

## QUEM SOMOS

Conselho Editorial - Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruchini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleith Saffioti, Léila Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Equipe - Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg (editoras), Lilita Figueiredo (edição de artes), Miriam Tanus (secretária), Roberta Masciarelli (ilustradora) e Linda Melo (administradora). Colaboraram também neste número: Mariene Rodrigues e Micheline Lagnado.

Assessoria - Florisa Verucci (jurídica) e Fátima Jordão (publicitária).

Jornalista Responsável - Adélia Borges, Registro no MTB nº 10.580, SJPSP 4549.

*Mulherio* é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. Pede-se permissão com outra publicação do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone 211.4511, ramal 247.

# DACIA MARIANI

## um olhar feminino sobre o mundo

*Olhar doce e firme, sombreado pelo mesmo tom de azul dos olhos, Dacia Mariani é uma mulher discreta, bonita, elegante, ao mesmo tempo feminina e máscula. Nascida em Florença a 13 de novembro de 1936, escreveu seu primeiro romance aos 19 anos de idade.*

*Desde então não parou de escrever: mais 6 romances, 4 livros de poemas, 25 peças de teatro, 3 livros de ensaio e os roteiros de vários filmes curta-metragem dirigidos por ela própria e de "As Mil e Uma Noites", de Pasolini, "Teresa, a Ladra", de Carlo Di Palma e "História de Piera", de Marco Ferreri, entre outros.*

*Dacia começou a militar no movimento feminista em 1967, no "Revolta Feminina", primeiro grupo feminista de Roma. Dois anos mais tarde, passou para o Movimento Feminista Romano, participando ainda de grupos de reflexão sobre a condição da mulher.*

*Hoje, participa do coletivo feminista de teatro "A Madalena", que ajudou a*



*fundar em 1976 e onde se encenam peças e há cursos de texto, direção e interpretação para mulheres.*

*No campo político, se diz próxima ao Partido Comunista, mas sem se filiar, pois quer manter-se independente.*

*Dacia esteve no Brasil em setembro do ano passado, quando destacou-se como uma das pessoas mais interessantes do I Festival de Mulheres nas Artes. Voltou a São Paulo em março e abril deste ano, para dar um curso de roteiro na Faculdade Armando Álvares Penteado.*

*Nesta conversa com Adélia Borges e Inês Castilho, de Mulherio, ela faz um apanhado sobre as modificações que o feminismo provocou na sociedade italiana e aponta a necessidade de criação de uma visão feminina do mundo — não só na arte, mas também na ciência, na política, na religião. Ela falava em italiano e nós em português, mas nos entendemos muito bem, com a ajuda de Dominique D'Angelo.*

Foto Wagner Avancini

**Adélia — Como o movimento feminista alterou o comportamento cotidiano das pessoas na Itália? Alterou a relação homem-mulher. o machismo se modificou?**

Sim, o feminismo modificou o comportamento cotidiano das mulheres e a relação entre homem e mulher. A coisa que está mais transformada na Itália é a família.

Na verdade, o movimento das mulheres caminhou em duas direções. Uma, de tipo emancipacionista, centrada sobretudo nas leis — os direitos civis, a lei do aborto, do divórcio, etc. E uma outra centrada sobre os grupos de reflexão, a tomada de consciência. Um trabalhando sobre o social, o outro sobre o cultural.

Nos anos 70 era muito sentido o desejo de melhorar a consciência das mulheres. Formaram-se inúmeros grupos de reflexão — e eles foram muito importantes para as mulheres, porque fizeram pela primeira vez a mudança direta e não indiretamente, através dos media. Eram as mulheres através de sua própria

experiência. Eu mesma fiz reflexão em grupo, muito importante para mim, de 74 a 78.

Hoje, o movimento feminista mudou de rosto, não existe mais com a reflexão, a tomada de consciência, mas com a ação; não tanto a ação política, mas a ação social. Hoje há muitas mulheres que trabalham juntas, sobretudo nos ramos de expressão individual — jornais, artesanato, tudo o que diz respeito ao corpo e à dança. Mas há cooperativas de todo tipo. Na Sardenha, por exemplo, há uma cooperativa de camponesas, que não são estritamente feministas mas têm uma prática de trabalho em cima de interesses comuns.

O que mudou mais na Itália, penso eu, foi a família. A família era baseada na autoridade do pai, a família patriarcal tradicional. E mesmo a lei refletia esta hierarquia com o pai em cima, a mãe em baixo. Se uma mulher queria viajar, devia pedir autorização ao marido; se quera inscrever seus filhos na escola, era sempre preciso a assinatura do marido,

mesmo que fossem separados. Havia também uma lei que punia o adultério da mulher e não o do homem. Agora tudo mudou. Há uma lei muito moderna, votada há 5 ou 6 anos, muito interessante porque dá igualdade a marido e mulher. Não há mais o cabeça do casal. Não há mais a questão do adultério. Todo o princípio da autoridade do pai acabou.

**Inês: E a virgindade?**

Até há pouco tempo, o homem que mata a mulher por não ser virgem era condenado a um ou dois anos de prisão, porque era desculpado. Isso acabou: hoje, se um homem mata a mulher porque não é mais virgem, isso conta como um assassinato e o faz cumprir 20 anos. A última lei pela qual se está lutando é a lei contra a violência sexual, punida até agora como violência contra o pudor e a moral pública. Queremos que aquele que violenta uma mulher seja punido porque atentou contra a integridade de uma pessoa, e não contra a moral pública.

**Adélia —** Você estava falando da mudança na família, e eu me lembrei de uma afirmação sua que eu li, de que hoje as mulheres não querem se casar, os homens é que querem. Por que isso ocorre? O casamento deixou de ser o fim social de toda mulher?



O que mudou não foi o casamento, mas o mito do casamento. Antes, como você disse, o casamento era a finalidade da mulher. Desde menina era preparada para o casamento e crescia com a idéia de que seu papel na vida era encontrar um bom marido. Esse mito não existe mais. Explodiu. Mas veja a contradição: o mito não existe mais, mas na realidade o casamento é uma das poucas alternativas para a mulher, porque não há trabalho, quando há, se ganha muito pouco — o salário da mulher é muito inferior ao do homem —, então a mulher não pode pagar uma casa por conta própria, por exemplo. Por isso, ainda hoje, a maneira que se tem de sair da casa da família é casar-se. A alternativa é esta, sobretudo nas províncias, onde há pouco trabalho. As mulheres casam-se sem o mito, um pouco como quem vai para a prisão, casam-se com a idéia de que perdem sua liberdade. Agora sabem disso, apesar de o marido ser mais gentil, não ser tão opressivo.

**Adélia —** E por que os homens ainda querem se casar?

Veja, os homens têm todo o interesse em casar-se, porque têm necessidade de alguém que se ocupe da casa. Na Itália só as pessoas muito ricas podem ter empregada doméstica, então o homem tem necessidade de alguém que cozinhe, lave, passe, tenha filhos. Porque mesmo quando a mulher trabalha fora, trabalha em casa depois.

**Inês —** As mudanças na legislação da família refletem uma mudança das relações dentro do casamento?

Sim, muito. Não há mais o princípio da autoridade. A autoridade de princípio, não se discute a palavra do pai, acabou. Mudou a própria relação com os filhos, filho e filha. E mesmo com a mulher, que começa a dizer por exemplo "eu quero sair". Porque o hábito na província é que quando termina de trabalhar o homem vai ao bar jogar cartas, conversar com os amigos, e a mulher fica em casa. Agora, em muitas cidades de província, as mulheres começam a sair à noite com outras mulheres para fazer debates políticos, reuniões de grupo. O marido não quer que ela saia, mas não pode mais se impor, a não ser pela força. Mas fica muito mais evidente a imposição.

**Adélia —** Aqui a gente chega naquela pergunta: como está o machismo na sociedade italiana?



Tomou dois caminhos. De um lado tornou-se mais rígido, mais violento, por reação. Agora temos manifestações de machismo muito fortes, de violência pessoal, como o estupro de grupo. Antes na Itália o estupro era um fato individual, um homem e uma mulher. Agora foi substituído pelo estupro em grupo. São pais de família, jovens de boa burguesia, não é que sejam delinquentes, não, são personagens normais da vida cotidiana. Colocam-se em cena, seqüestram uma mulher, vão para uma casa e a estupram por uma noite, duas noites. Uma coisa terrível. O feminismo italiano interpreta esse fato como uma ação política de repressão sobre a mulher. É muito freqüente, calcula-se que aconteça um a cada meia hora. Há quarteirões em Roma onde não se pode andar sozinha, é muito perigoso. Para mim é uma reação política. É como dizer: você não deve sair à noite porque eu sou mais forte.

Olhando em outra direção, vê-se a enorme explosão do cinema pornográfico. É como dizer "vão, façam a teoria feminista, nós mostramos que na vida sexual do país a mulher é usada". Hoje, em todas as cidades italianas, mesmo as pequenas, com um só cinema, são feitas sessões pornográficas toda semana, e no sábado e domingo se faz o cinema para a família. Realmente, acontece numa extensão enorme.

De outro lado, mais sensível, da esquerda, há os homens que estão-se perguntando o que fazer, como viver o casamento, a paternidade. São muitas discussões, mesmo filmes. Marco Ferreri, por exemplo, com quem eu fiz um filme, é muito sensível a este problema e em seu "A Última Mulher", proibido no Brasil, confronta o tema do homem vivendo sozinho com o filho de um ano, a nova temática da paternidade como responsabilidade afetiva, mesmo física.



A propósito do homem em crise, há tentativas de um novo tipo da família, como a comunidade. Não é fácil, mas é interessante que em toda a Itália haja grupos de homens e mulheres que tentam viver num mundo fora da família. Compram um pedaço de terra, cultivam-no e as crianças crescem na comunidade, não há mais a família nuclear. São principalmente estudantes, jovens descontentes que querem outro modo de viver.

**Inês —** Eu queria falar do amor. Cairam mitos como o do casamento, que davam forma ao amor. Que idéia de amor existe agora?



Ilustração Laerte Coutinho

O mito do casamento caiu, mas penso que o do amor recrudescceu. Estive fazendo debates em escolas de estudantes muito jovens, 15/16 anos, e notei que eles não crêem em quase nada, política, religião não lhes interessa. Interessa o amor.

Há agora o mito do amor como a solução dos problemas do mundo moderno, como se tudo se pudesse resolver com amor.

**Inês —** E o que você pensa disso?

Penso que há muitos equívocos nesse mito. Agora por exemplo começou-se a falar do que é a heterossexualidade, que a relação homem-mulher não é paritária. O homem é sempre aquele que age, que faz, é o ativo, papel contraposto à passividade feminina. Uma amiga ginecologista me disse que em todos os livros de ginecologia que ela estudou dão este diagrama de que o sêmen do homem é ativo e o óvulo da mulher é passivo, que não é verdade biologicamente. Mas todos os livros científicos transmitem essa idéia de concepção. Existe a idéia de concepção como reflexo da sexualidade, assim na cópula o homem age a mulher espera, o que mostra que também na biologia há a visão patriarcal, transferindo para a biologia o que é, na realidade, um costume. Essa idéia de homem ativo e mulher passiva é muito difícil de morrer, ainda é muito forte na média das mulheres. Mas entre as mulheres da cidade, modernas, que trabalham nos grupos feministas, porque se pratica muito a homossexualidade, há a idéia de não aceitar mais esse conceito de passividade.

Não sendo paritário, o amor é sempre de cima para baixo, mesmo o amor não é igual, e nesse sentido se presta a abusos, a violência, a forma de posse. Uma coisa interessante dessa lei sobre a violência é que a esposa pode denunciar o marido por violência no casamento. É uma coisa muito nova.

**Inês —** Nessa reflexão sobre o amor não paritário se considera a vingança da mulher? Porque nenhum oprimido aceita a opressão sem tentar a revanche. Ela sofre a violência e vai tentar acertar o homem violentamente também.



**Adélia** — Uma violência que é disfarçada de outras coisas...

A relação da família patriarcal é uma relação de força, não? Sim, o movimento discute a cumplicidade da mulher. Mas é claro que na desigualdade que existe é o homem quem tem o papel de opressor, por razões culturais.



O homem se sente o patrão do mundo, primeiro porque é um macho e se sente investido de todo o poder, depois porque toda a cultura é masculina, porque Eros, a expressão erótica do mundo em que vivemos, é masculina.

Vemos o corpo da mulher como aquele que provoca a excitação — os olhos, a boca da mulher —, não vemos o inverso. E a mulher é levada a introjetar esse erotismo masculino. Agora, a tentativa é fazer um discurso cultural para descobrir o erotismo feminino. A questão é: o que é o erotismo feminino?

**Inês** — Quando você trabalhou com o Pasolini ou com o Marco Ferreri, você sentiu espaço para a expressão de um erotismo feminino?

Em parte sim. Eu só aceito fazer um trabalho em que minha idéia se já aceita, em que o ponto de vista da mulher seja aceito, pelo menos em parte. Na verdade, todos os roteiros que fiz são tirados dos meus romances ou nasceram de uma idéia minha ou de uma idéia com a minha participação.

**Inês** — Você já trabalhou com mulheres no cinema?

Sim, mas no cinema oficial não há lugar para as mulheres, não há mulheres trabalhando. O cinema das mulheres é o cinema underground, o cinema pobre. Eu trabalhei muito com mulheres, mas em Super-8, 16 e sem distribuição. Mas, para ganhar dinheiro, trabalhei em longa-metragens com homens.



**Adélia** — Sim, o que é o erotismo feminino?

Não é que não tenha existido uma sexualidade feminina, mas é que não se pode exprimi-la, a não ser muito limitadamente. A sexualidade feminina é a liberdade de expressão do Eros feminino, que se con-

fronta com todo tipo de dificuldade de expressão — psicológica, cultural, política, econômica. Há um interessante estudo dos grupos feministas italianos que se ocuparam da literatura, de que a linguagem escrita está ligada a Eros. Se não há liberdade erótica não há liberdade de expressão escrita. Pode-se dizer

que há uma situação de paralisia psicológica no mundo feminino. Eu penso muito nisso. Mas o erotismo, mesmo a literatura feminina, não vem de uma pessoa: é um fato coletivo. Para haver uma arte feminina é preciso recuperar um sistema poético próprio, uma capacidade mito-poética, ou seja, a capacidade de se construir mitos no feminino e desenvolver Eros. Essa é a base da expressão artística feminina.

**Adélia** — Você acha que as mulheres já têm criado seus mitos?

Em parte, sim. Um mito que é produto do movimento — porque os mitos são sempre coletivos — é o da bruxaria, um fenômeno histórico colossal e ainda pouco estudado. O movimento feminista viu nessas mulheres uma oposição à cultura masculina em seu momento de força, a cultura católica. A bruxaria era baseada na recusa da religião católica, na recusa de Deus e na adoração de uma antiga divindade da terra e da fertilidade, a "Senhora do Jogo", apresentada como uma mulher com um animal, que era Diana. Pode-se ver aí a recusa de uma religião nova do tipo patriarcal, por parte de uma religião antiga do tipo matriarcal.

Essa explicação do fenômeno da bruxaria foi muito importante porque criou o mito, que para mim é a concentração de emotividade em torno de um fenômeno. E o movimento de mulheres criou uma concentração de emotividade em torno do fenômeno da bruxaria. Tanto que na Itália usa-se muitos slogans ligados às bruxas nas manifestações femininas. Por exemplo "Tremam, tremam, as bruxas estão de volta", que rima em italiano.



**Adélia** — Fizemos uma matéria no Mulherio com o título "As bruxas estão de volta", sobre medicina alternativa. No 8 de março houve uma passeata muito alegre no Rio de Janeiro, com as pessoas fantasiadas de mulher liberada, mãe extremosa, virgem recatada. E muitas vestidas de bruxas!

Veja! É um mito absolutamente feminino. Mesmo a prostituição foi revista de maneira mitológica pelo feminismo. Foi revista como uma necessidade histórica, como se as mulheres não pudessem escapar de uma forma qualquer de prostituição, pois o casamento é uma forma de prostituição, o trabalho também é. Isso tornou-se um elemento de emotividade nas mulheres, que se reconhecem nessa exaltação da feminilidade, neste camuflar-se da prostituta.

**Adélia** — Você fala que não é uma personalidade neutra que escreve, é uma mulher que escreve, expressando na literatura uma visão diferente da visão masculina do mundo. O que seria essa visão diferente do mundo?



É muito simples e parte de uma análise marxista: a visão do mundo reflete os interesses, eu vejo o mundo segundo meus interesses. O mundo como é agora exprime os interesses masculinos. A arte, a ciência, a política, a filosofia, a religião exprimem os interesses masculinos, contra as mulheres.

Agora, o que será a visão feminina do mundo? Uma visão que exprima o interesse feminino — interesse cultural, econômico, político, social, psicológico, erótico? É fácil dizer, não é fácil fazer. Porque introjetamos interesses masculinos, seus mitos, fantasias e é difícil saber até que ponto exprimimos interesses realmente femininos. Na Itália há grupos que se ocupam dos sonhos de mulheres. Trata-se de saber o que vai no inconsciente feminino. Há muitas mulheres que absorveram uma parte da fantasia e do erotismo masculino, é difícil distinguir. Mas creio que se pode chegar lá, o bom senso me diz que onde há interesse da mulher há a visão de mundo feminina. Quando escrevo me ligo muito ao instinto, realmente, mas faço um esforço de me ligar aos interesses das mulheres.

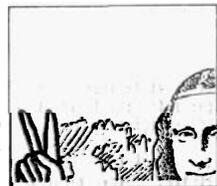
**Inês** — A gente sabe, pela experiência vivida e tudo quanto você falou, que vivemos uma espécie de guerra entre homens e mulheres. Você vê possibilidade de paz?

Não sei, é difícil. Porque não creio muito no progresso, não creio numa história que vá na direção de um futuro linear e maravilhoso, por que são avanços e retrocessos, que se sucedem. É claro que, do ponto de vista das mulheres, tem melhorado. Mas digo que a história é muito lenta. Nós corremos muito mas a história é muito lenta.

**Inês** — Falo na possibilidade de paz entre homens e mulheres como uma esperança de amor para cada mulher, hoje.

Há uma força nas mulheres. E a tentativa de mudar vem do amor, como você disse. Não se pode mudar se não se tem amor pela idéia, pela outra pessoa que está em condições de inferioridade. Creio na força das mulheres, mas as forças contrárias são muito potentes e fazem uma guerra feroz, mesmo com instrumentos culturais como cinema, teatro, literatura, tudo conjurando contra a mulher. Não é fácil... Mas, coragem! (risos).

Adélia Borges e Inês Castilho



# Entre sem bater.



A equipe da Casa já atendeu cerca de 500 mulheres

# É a Casa da Mulher

Sob a coordenação do grupo feminista Pró-Mulher, o Projeto de Educação e Assistência à Mulher em Reprodução já atendeu até abril, em pouco mais de um ano de funcionamento, cerca de 500 mulheres. Ele foi elaborado no início de 81 pela psicóloga social Maria Luísa Eluf e, após passar por um processo de discussão com integrantes de outros grupos, como a Frente de Mulheres Feministas, foi implantado em fevereiro de 82 na Casa da Mulher, em São Paulo.

"Trata-se de um programa amplo e alternativo de assistência à mulher, que inclui orientação sobre planejamento familiar, mas dentro de uma ótica feminista, procurando fazer com que a mulher reflita sobre sua condição e adquira o controle de seu corpo", diz Maria Luísa Eluf. "O objetivo, portanto, é auxiliar as mulheres que queiram ter filhos e as que não queiram. Só depois de conhecerem sua sexualidade e o funcionamento de seu corpo, além de todos os fatores sociais que influem na maternidade, como a falta de creches e a inexistência de uma rede básica de saúde, é que deverão fazer sua escolha."

Maria Luísa adverte, co. tudo, que a intenção não é fazer com que a mulher queira limitar o número de filhos em função de um quadro social desfavorável, e sim dar-lhe instrumentos necessários à efetivação de suas reivindicações.

A base do projeto são os "grupos de reflexão", onde, a partir de projeção de slides e de filmes, discute-se o corpo da mulher, o corpo do homem, os tabus em relação ao sexo, os métodos anticoncepcionais, a relação sexual, o aborto, a masturbação, o exame ginecológico, a menopausa, e onde cada mulher pode fazer seu auto-exame com a ajuda de um espelho e um espelho. Cada grupo dura em média um mês, com uma reunião semanal. Os grupos são coordenados atualmente por Rosa da Silva, do CIM, em substituição à médica Maria José de Araújo, que viajou para trabalhar em projetos semelhantes em Cabo Verde e na Suíça.

Rosa ressalta: "Esse serviço da Casa é fundamental. Não existe outro lugar, que eu

**Um espaço onde a mulher pode se informar e discutir sobre seu corpo, sua sexualidade, as relações afetivas, os métodos anticoncepcionais e a política governamental em relação à maternidade está disponível há mais de um ano na Casa da Mulher, em São Paulo.**

saiba, em São Paulo, onde seja realizado algo assim. Cada grupo tem normalmente dez pessoas, sobretudo comerciárias, funcionárias, donas-de-casa e estudantes. As discussões são muito boas e, embora a sexualidade seja o tema, o debate sempre cai na questão da opressão da mulher." Já foram feitas, com bastante sucesso, algumas experiências de grupos de reflexão mistos, em que as mulheres levavam seus companheiros também interessados em debater a sexualidade.

Durante ou após as reuniões, a mulher que optar conscientemente por um anticoncepcional pode obtê-lo na Casa mesmo, por um preço bem acessível. O serviço de medicina ginecológica preventiva é feito pela médica Lúcia Cerqueira e pela paramédica Melodia Venturi. A consulta é paga simbolicamente. Quem precisar fazer algum tratamento ou cirurgia é encaminhada para instituições hospitalares.

Para aquelas cujo problema não é tanto voltado à contracepção, mas precisam de um aconselhamento, há o atendimento psicológico, feito pelas psicólogas Leila Mohamed e por Lia Alexandr, que faz também terapia de casal. E, embora não seja a tônica do programa da Casa, quem precisar dispõe de assistência jurídica, dada por advogadas solidárias à causa da mulher.

Outra atividade do Projeto é orientar mu-

lheres que desejam ser multiplicadoras, isto é, levar esse tipo de serviço a outros bairros, através dos centros de saúde ou das diversas associações de mulheres, donas-de-casa, mães.

Rosa Dalva Bonciani e Ana Maria Marques, ambas de Perdizes, estão participando de um grupo de reflexão para tentar depois implantar algo parecido no bairro em que moram, mas acham que ainda não tiveram a vivência suficiente para essa realização.

Diz Ana: "Quero ter mais contato com mulheres trabalhadoras, da periferia, para conhecer outras experiências." Tanto ela como Rosa Bonciani acham falta de uma discussão maior sobre a questão da mulher e de sua opressão.

A Casa da Mulher não se restringe a realizar o serviço de planejamento familiar. Discussões sobre este e outros temas também fazem parte do projeto. Em 82, foram realizados vários debates, como "A política do corpo e a mulher no mercado de trabalho", coordenado por Ireda Cardoso e Maria José de Araújo; "Sexualidade, contracepção e a situação da mulher no trabalho", com a participação da socióloga Maria Isabel da Rocha e da antropóloga Beatrice Gropp; e "A mulher escrevendo sua história — uma visão antropológica da origem da opressão à mulher", também coordenado por Beatrice.

A Casa foi sede, durante o I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, em setembro, dos cursos "Arte em papel", dado pela artista plástica mineira Diva Buss, e "Pintura com elementos naturais: a terra", pela parai-bana Marlene de Almeida. Atualmente oferece às mulheres três vezes por semana um curso de eletricidade doméstica e outro de dança livre. Vários grupos de mulheres e de negros, ainda, utilizam a sede para realizarem suas reuniões.

A Casa da Mulher está aberta de segunda a sexta-feira, das 14 às 20 horas, à rua Almirante Marques Leão, 807, Bela Vista, São Paulo. O telefone de informações: 287-6658.

Malu Mendes Faria

# Rompendo o silêncio da história oficial

**“Descobrimo em nós e contando agora”:** esta é a frase que resume o sentido da existência do CIM, Centro de Informação da Mulher, entidade feminista de São Paulo que vem reunindo todo tipo de instrumento de informação sobre a mulher e realizando acontecimentos que permitam socializar esta informação, contribuindo assim para que as mulheres compreendam sua história e nela intervenham, aqui e agora.



Formado legalmente desde junho de 81, o CIM conta hoje com um acervo de mais de 1500 livros, 50 títulos de revistas (um total de três mil exemplares), documentos, brochuras, panfletos, recortes de jornais, fotos, além de 220 cartazes do movimento feminista, dois videocassetes e dois áudio-visuais, tudo sobre questões ligadas à opressão da mulher e à luta por sua libertação.

“Veja bem” — afirma Vânia Debs, montadora de cinema e sócia efetiva da entidade — “nosso objetivo não é virar um arquivo morto, não é apenas um serviço que prestamos a quem se interessa pelos problemas da mulher. Com o arquivo pretendemos erguer a voz da mulher, de sua história esquecida pela historiografia oficial. Queremos também construir hoje a história das mulheres, abrindo espaço para o debate, para que, mais e mais, as mulheres aprendam seu passado e construam seu presente e seu futuro”.

A idéia do CIM surgiu na França em 1979, entre brasileiras, estudantes em sua maioria, que militavam no movimento feminista.

“Era grande o número de centros de pesquisa sobre a condição da mulher” — conta Rosa Gouveia, geóloga — “e nós fundamos um grupo chamado *Coin des femmes*, com o objetivo de levar para o Brasil algo parecido. No mínimo, um acervo do que o movimento feminista europeu produzia. Tínhamos ainda projetos mais ambiciosos: queríamos ter aqui uma kombi com teatro ambulante, um bar...”

No entanto, o grupo de 12 brasileiras não conseguiu financiamento. A volta ao Brasil se aproximava e o jeito foi fazer uma grande festa de carnaval em Paris — onde se arrecadou cerca de 17 mil francos. Com este dinheiro, as brasileiras compraram tudo que encontraram sobre a questão de mulher, dando prioridade às publicações em espanhol.

Em julho de 80, todas já no Brasil, decidiram fundar o Centro



“Descobrimo em nós e contando agora”

que mais tarde seria batizado CIM em São Paulo, onde o movimento social e também o movimento de mulheres ganhava fôlego.

Em 81, o registro legal e a sede, uma pequena sala, abarrotada de papéis e livros, enfim um arquivo a ser organizado. Mas foi só em março de 1982 que o CIM se apresentou em público, realizando uma exposição de cartazes durante 15 dias, com o maior sucesso.



“A partir de então” — relata Vânia —, “é que começamos a funcionar a todo vapor. Produzimos camisetas, cartões-postais, um cartaz nosso e broches, tudo para levantar dinheiro para a manutenção do CIM. Fizemos uma escala de plantões que permitissem consultas ao público, três vezes por semana. Divulgamos ao máximo nossa existência, através de panfletos e levando a exposição de cartazes para várias cidades do interior.”

“E aí começaram a nos procurar. Gente de todo tipo: estudantes secundaristas, jornalistas, universitários, pesquisadoras. Mas não só. Eram mulheres que vinham pedir orientação legal ou apoio para os mais diversos casos como estupros, espancamentos, informações sobre sexualidade.”

“O caso mais incrível que pintou” — relata Neide Rezende, tradutora — “foi o de uma mulher que viajou do Mato Grosso até aqui para nos mostrar um método de sua invenção para evitar a gravidez. Ela fez um trabalho sozinho, sem nenhum recurso, a partir do Ogino-Knaus (tabelinha) e chegou a resultados extraordinários, segundo nos contou. Devido a nossa estrutura débil, o que pudemos fazer foi indicar-lhe algumas editoras e fundações.”

A infra-estrutura é um ponto chave para o desenvolvimento do CIM. Independente que é de qualquer organização, partido político e sem nenhum financiamento, o CIM instituiu dois tipos de sócias: a efetiva e a colaboradora, como meio também de resolver a democracia na prática interna do grupo.

“As efetivas, somos nove, são as que pegam no batente, além de contribuir com 2 por cento de seu salário mensalmente para a manutenção do CIM. As colaboradoras se inscrevem na entidade e pagam uma pequena taxa semestral ou anual, tendo direito não só a consultar nosso acervo, mas também a ter voz em nossas reuniões. Votar, decidir, só quem trabalha. Além disso, fazemos promoções, com os calendários de 83, com as fotos de nossas mães, que foram bem vendidos, nos dando uma folguinha de grana neste período.”

Para o CIM, ter uma infra-estrutura razoável significa poder ampliar seu raio de ação, como documentar cinematograficamente os eventos ligados às lutas das mulheres que hoje são apenas gravados e transcritos. Significa ter condições de promover mais debates como o que foi realizado este ano, no dia 9 de março em comemoração ao dia internacional da mulher, quando a entidade convidou muitos grupos de mulheres para discutir o Conselho da Condição Feminina. Significa ter mais mobilidade para estar presente em colégios que chamam constantemente o CIM para promover seminários.

“Significa, enfim, abrir mais espaços para a discussão da condição da mulher, suas lutas, o feminismo” — afirma Vânia. “Significa participar do movimento de mulheres, fazendo sua história.”

O CIM, Centro de Informação da Mulher, fica na Praça Benedito Calixto, 56, Pinheiros, CEP 05406, São Paulo, Capital.

Ethel Leon



# Congresso discutirá o aborto

**A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) apresentou à Câmara Federal um projeto que amplia as possibilidades de realização legal do aborto.**

"Este projeto pretende, em última instância, pôr termo à indústria clandestina do aborto, responsável por tantas mortes e acidentes cirúrgicos", diz a deputada Cristina Tavares na justificativa de seu projeto de lei. Ele foi apresentado ao Congresso em meados de abril, mas é provável que fique aguardando o início da tramitação do novo Código Penal, o que deverá ocorrer ainda neste primeiro semestre.

Cristina não pretende descriminalizar o aborto, por considerar que essa opção é muito polêmica, mobilizando opiniões "disparas e apaixonadas". Em vez disso, ela escolheu o caminho de "ampliar os espectros legais das indicações permissivas" do aborto.

Segundo a deputada, "o projeto objetiva fundamentalmente emparelhar a legislação penal brasileira concernente ao aborto à tendência predominante em países com elevada cultura jurídica, e está inspirado, de forma geral, nos modelos italiano, francês e alemão". E conclui: "Não se tem em mãos um projeto a favor do aborto, mas contra o farisaísmo vigente, contra uma legislação ultrapassada e draconiana, atento ao processo de mudança social."

## As indicações permitidas

O projeto atenua o rigor da legislação atual e permite o aborto "praticado por médico especialmente autorizado" em quatro

espécies de indicações: médica, ética, embriopática e social.

**Indicação médica** — A indicação médica atualmente se restringe à hipótese extrema de inexistir "outro meio de salvar a vida da gestante". Cristina propõe a seguinte redação: "Não se pune o aborto praticado a qualquer tempo, se a gravidez determinar perigo para a vida ou a saúde física ou psíquica da gestante".

**Indicação ética** — Hoje, esta indicação só existe no caso de gravidez resultante de estupro. O novo projeto diz: "Não se pune o aborto praticado nas primeiras 12 semanas, se a gravidez está relacionada à prática de crime contra os costumes".

**Indicação embriopática** — Pela legislação atual, esta indicação inexistente. Cristina propõe: "não se pune o aborto praticado nas primeiras 20 semanas quando, em razão de enfermidade grave e hereditária, física ou mental, da qual sejam ou tenham sido portadores o pai ou a gestante, seja possível estabelecer com alta probabilidade que o nascituro já padece ou virá a padecer de idêntica enfermidade; ou a qualquer tempo quando alguma moléstia, intoxicação ou acidente sofridos pela gestante comprometam, demonstradamente, a saúde do nascituro". Na justificativa, a deputada diz que a indicação embriopática ganhou irrefutáveis argumentos com o tragicamente famoso caso da talidomida.

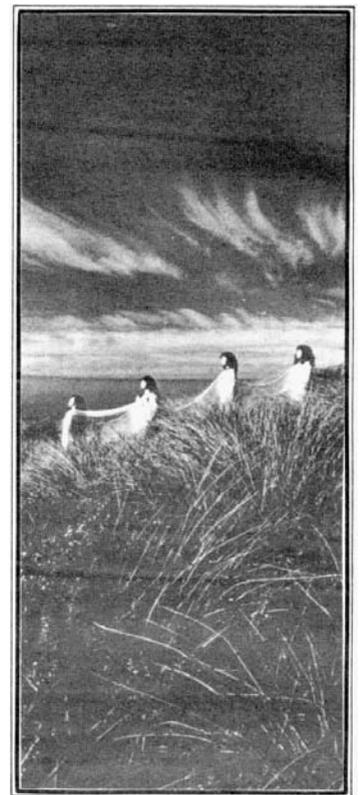
**Indicação social** — O projeto introduz esta indicação, propondo: "não se pune o aborto praticado nas primeiras 16 semanas quando, face às condições sócio-econômicas e familiares da gestante, não puder ela atender às exigências do prosseguimento da gravidez nem prover mais tarde as necessidades elementares do filho, sem privar-se do indispensável à própria subsistência ou à de sua família". Na justificativa, Cristina afirma que "o direito, aqui, abre os olhos para uma dura realidade social".

Para estas duas últimas indicações, o projeto prevê a exigência do consentimento do marido da gestante, se esta for casada. O projeto dispõe ainda que "o aborto será realizado nos hospitais da rede previdenciária oficial, ou em hospitais particulares especialmente autorizados", e que "alegando razões de consciência pode o médico não participar de cirurgia abortiva, salvo quando haja perigo para a vida ou a saúde da gestante".

E mais: "Salvo quando haja perigo para a vida ou a saúde da gestante, o aborto será sempre precedido de orientação social e legal à gestante que revele o intento de o praticar". Essa orientação será ministrada por advogados e assistentes sociais e se após um prazo mínimo de cinco dias a partir da primeira entrevista a gestante persistir em seu intento, será encaminhada a estabelecimento hospitalar para a prática do aborto.

## Repercussão

Só agora o projeto começa a ser discutido entre os grupos de mulheres que, de uma maneira geral, o receberam muito bem. Alguns pontos têm gerado discussões e dúvidas. Por exemplo: Por



que a diferença de prazo para a realização do aborto em cada tipo de indicação? Por que a exigência do consentimento do marido nas indicações embriopática e social? Por que os hospitais particulares precisam ser especialmente autorizados? O que isso vai significar de complicações e impedimentos para a prática do aborto? E por que não estabelecer um prazo máximo para a realização do aborto, após a primeira entrevista no serviço de orientação social e legal? Pois, em outros países, a protelação da realização do aborto acaba sendo uma forma de impedir sua efetivação.

Algumas deputadas federais também já se manifestaram favoravelmente ao projeto de Cristina. Ivete Vargas (PTB-SP) afirmou: "É absolutamente legítimo lutar-mos para que o aborto não seja penalizado. Posso assegurar que o PTB vai votar nesse sentido, pois penalizar o aborto é uma forma absurda de discriminar a mulher e impedir que ela assuma seu próprio corpo. É uma atitude reacionária".

Rita Furtado (PDS-RO) manifestou-se de acordo com Cristina "no sentido de que é preciso liberalizar, abrir, democratizar a legislação relativa ao aborto". E Bete Mendes (PT-SP) observou: "Quando o Congresso discutir o aborto, vai tratar da saúde da população — a parte da população que entra nessa situação de abortos criminosos, de processos artesanais rudimentares, a população que não sabe sequer o corpo que tem, que não conhece o próprio corpo".●



Foto Susan Friedman

O dia 22 de setembro marca o início da primavera. Este ano, marcará também o Dia Nacional pelo Direito ao Aborto, a ser comemorado em cada Estado de acordo com o que os grupos locais de mulheres acharem mais conveniente — exibição de um filme, debates, marchas, distribuição de folhetos, etc. Nesta data, se procurará traçar as linhas de uma campanha nacional pelo direito ao aborto, guardando as especificidades de cada região.

A decisão foi tomada no Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto, realizado no Rio de 4 a 6 de março por iniciativa da Casa da Mulher e dos grupos Coletivo de Mulheres, Mulherando, Ceres e Projeto Mulher do IDAC. O encontro permitiu o aprofundamento do debate em torno do planejamento familiar e do aborto e abriu a perspectiva de uma ação comum das feministas brasileiras em torno dos problemas ligados à saúde da mulher.

Três centenas de mulheres, representantes de 57 grupos de todo o País (apenas o Pará, Maranhão e Sergipe não mandaram representantes) e parlamentares de vários níveis (deputadas federais, estaduais e vereadoras de diversos Estados) debateram o tema, dividido em painéis específicos — "Mulher e sexualidade", "Corpo e reprodução", "Métodos contraceptivos e interrupção da gravidez", "Movimento feminista internacional e a luta pelo aborto", "A política de reprodução no Brasil" e "Perspectivas do movimento feminista sobre a política de reprodução no Brasil".

As discussões foram marcadas pela diversidade de posições, não faltando inclusive uma representante do governo, a senadora Eunice Michiles (PDS-AM), cujas posições foram seriamente contestadas. O mais importante, contudo, foi a maturidade do debate, que abriu definitivamente a luta comum em torno da necessidade das mulheres terem o controle de seu próprio corpo.

Até o dia 22 de setembro, pretende-se intensificar o debate sobre o tema em todo o país. Um ponto de partida é o filme "Vida de mãe é assim mesmo?", de Eunice Gutman, do Rio de Janeiro, que foi exibido no encontro.

Este filme, o primeiro feito no Brasil sobre aborto, apresenta depoimentos de mulheres que já abortaram, de uma que tentou fazê-lo pela

## Primavera, início de ação conjunta

### Encontro sobre Saúde no Rio decide marcar para 22 de setembro o Dia Nacional pelo Direito ao Aborto.

via legal, mas foi impedida, mesmo tendo sua gravidez sido resultante de estupro, e de uma que, com dois filhos, não exclui a possibilidade de vir a abortar. Mostra ainda uma entrevista com a advogada Romy Medeiros da Silva em defesa do direito ao aborto e manifestações de feministas do Rio realizadas no ano passado em feiras livres. Enfim, um ótimo material para propiciar a discussão sobre o aborto (para obter cópia do filme, em 16mm, super 8 ou videocassete, escreva para Coletivo de Mulheres, Caixa Postal 33.114, CEP 22442, Rio de Janeiro).

#### Manifesto

Um pronunciamento de Zuleika D'Alambert, da Frente de Mulheres Feministas, de São Paulo, foi aprovado ao final como o manifesto do encontro. Nele, critica-se tanto a política antinatalista quanto a natalista no Brasil por terem "historicamente usado o corpo da mulher considerando-o como um patrimônio social acima de seus direitos e de sua individualidade".

Eis um resumo do manifesto:

"A ênfase da idéia de que o controle da reprodução humana constitui um dos mecanismos essenciais para o exercício do poder político é antiquíssima. O fato é que, em todas as épocas, ela serviu como recurso utilizado pelas classes dominantes para reduzir o número daqueles que um dia podem vir a fazê-los perder os privilégios que a posse exclusiva dos meios de produção lhes concede. Para isso, o argumento usado foi sempre o mesmo, com pequenas variantes: há mais bocas para comer do que alimento para lhes matar a fome.

Por isso não nos podemos surpreender se também em nosso país as idéias "controlistas" tenham florescido, muito especialmente a partir de 64, época da instauração do ciclo dos governos militares de tipo autoritário.

Hoje, a posição do governo em relação ao tema é ambígua. No plano internacional, assumimos posições

natalistas. Internamente, existe uma legislação profundamente restritiva ao controle populacional (o aborto é considerado um crime, as informações sobre anticoncepcionais são sonegadas, existem estímulos à maternidade, como o salário-família, o auxílio-natalidade, o auxílio-maternidade). Ao mesmo tempo, a Benfam age livremente em todo o território nacional, amplia suas atividades e estabelece convênios com universidades, governos municipais e estaduais, enquanto o governo faz ampla distribuição de pílulas às populações de baixa renda.

O fato concreto é que as contradições internas do governo e as atividades das forças democráticas e da Igreja Católica contra o planejamento familiar têm impedido, até agora, a adoção por parte do governo de uma política antinatalista consequente, como certamente é de seu desejo.

As forças democráticas, por sua vez, têm combatido sistematicamente o controle da natalidade, argumentando que ele não é solução para a grave crise sócio-econômica em que o país vive e que, em vez de controlar os nascimentos, é melhor distribuir a renda nacional de modo mais equilibrado.

Essa argumentação, feita muitas vezes de modo panfletário, revela demasiado simplismo diante da questão. Revela posição radical que desconhece, na verdade, ao lado das necessidades econômicas das massas, suas necessidades culturais, ou seja, não reconhece nenhuma individualidade às pessoas pobres. Deixa claro que se nega à mulher das classes não privilegiadas a separação da reprodução do prazer e, a partir daí, a conquista do pleno desenvolvimento de sua sexualidade. Ignora que o prazer faz parte da felicidade humana e como tal deve ser usufruído por todos, independentemente de sua posição de classe.

Se, de um lado, podemos destacar como positiva a preocupação das for-

ças democráticas quanto à intromissão de entidades alienígenas em nossos negócios internos, e o desejo de lutar para que sejam enfrentadas as questões básicas do país e não as secundárias, não podemos, de outro, deixar de constatar um fato: a ignorância de que anualmente se realizam, em péssimas condições, em todo o território nacional, cerca de dois milhões de abortos clandestinos.

Portanto, ser contra o planejamento familiar revela apenas esquerdismo político, radicalismo infantil e subestimação total da mulher sobre quem recai todo o peso de uma maternidade irresponsável em nome da salvaguarda de princípios que jamais são considerados em íntima ligação com a realidade concreta que se deseja transformar.

#### A posição das mulheres

Um fato é verdadeiro: tanto a política antinatalista quando a natalista manipulam nossa sexualidade, nosso órgão genital, nossa função reprodutora, nos alienando de modo profundo de nosso próprio corpo.

Examinando todos esses ângulos das políticas de reprodução no país e sentindo em profundidade em todas elas um cunho patriarcal e machista, nós as feministas entendemos que não basta criticá-las, mas também apresentar a nossa proposta. Já temos um elenco de idéias que, se desenvolvidas, poderão nos fazer chegar a uma política de reprodução que realmente considere a condição da mulher. São estas:

No que concerne à crítica às políticas de reprodução existentes:

— Combater energeticamente toda e qualquer política autoritária do Estado com relação à natalidade; sonegação de informações às mulheres, o que lhes impede o exercício do direito de escolha; esterilização forçada; uso de mulheres como cobaias para testes de anticoncepcionais, por vezes já condenados em outros países; distribuição indiscriminada de pílulas sem o devido acompanhamento médico e a individualização no tratamento.

— Criticar permanentemente as posições natalistas que atribuem a qualquer planejamento familiar a ação do imperialismo (posição das esquerdas); um atentado ao direito à vida (posição da Igreja); necessidade da segurança nacional (setores nacionalistas), deixando de lado, por completo, o direito da mulher, por conta própria, decidir ter ou não ter filhos, como um legítimo direito de controle sobre seu próprio corpo.

— Colocar como eixo da discussão da política de reprodução a defesa do direito da escolha pela mulher e não o fato de se ser contra ou a favor da natalidade. Isto daria à discussão um sentido mais global, isto é, de abrangência simultânea dos interesses da comunidade de um lado e, de outro, dos interesses culturais, particulares e específicos das mulheres.

No que concerne à criação das condições políticas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas que permitam à mulher o direito de escolha e conse-

qüentemente o controle do próprio corpo:

— Criação de condições materiais para que aquelas que desejam ter filhos possam tê-los e criá-los condignamente. Isto compreende: medidas que conduzam à garantia de alimentação, habitação adequada, proteção à saúde, fornecimento de saneamento básico, construção de escolas e creches, combate da poluição e defesa do meio ambiente. Proteção concreta à mãe e à criança como dois dos grupos mais vulneráveis da população. Compreensão da maternidade como função social, o que implica apoio de toda a sociedade para que ela possa ser exercida sem maiores ônus para a mulher. Criação daquelas condições que se dirijam à realização de profundas transformações estruturais que criem em nosso país uma sociedade mais igualitária e menos seletiva do que aquela em que vivemos, onde a riqueza e a fartura de uma exígua parcela da população se constrói à custa da miséria de milhões de brasileiros.

— Estabelecimento de um sistema de informações sobre a reprodução humana e o planejamento familiar paralelo à organização de um serviço de educação sexual e organização sanitária que realmente permitam a aquelas que não desejam ter filhos, não tê-los. A planificação familiar deve ser considerada como elemento importante dos serviços sanitários de base, particularmente os concernentes à proteção materno-infantil assim como a promoção da saúde familiar. Para tanto, torna-se necessário:

a) criação de uma ampla rede de instituições especializadas de caráter médico-sanitário capaz de informar aos casais sobre o planejamento familiar e de fornecer meios anticoncepcionais sob controle médico. Utilizar no mesmo sentido os meios de comunicação de massa: rádio, TV, imprensa etc.

b) estabelecimento de um programa de educação sexual nas escolas concebido como um aspecto da educação sanitária e inseparável da formação moral; este tipo de educação seria progressivo, adaptado aos diferentes estágios da evolução dos dois sexos e naturalmente integrada à educação geral; levaria em conta as questões pertinentes ao assunto e repousaria em noções de responsabilidade e de respeito por si mesmo e pelos outros;

c) direito ao aborto como última medida para resolver o caso de uma gravidez indesejada. Ampla campanha de esclarecimento sobre a questão do aborto incluindo os perigos que ele acarreta para a saúde da mulher se realizado sem assistência médica. Sua gradativa liberação deverá compreender total assistência ginecológica gratuita, incluindo-se a prática do aborto nos serviços de assistência médica oferecidos pela Previdência Social.

Somente uma política assim considerará a mulher como sujeito e não objeto. E, por isso mesmo, será por ela apoiada e defendida, pois mais do que nunca estamos conscientes: nosso corpo nos pertence!"



## EUA

### Dez anos de legalização não abrandam o debate

Faz exatamente 10 anos que o aborto é legalizado nos Estados Unidos. Em 1973, o Supremo Tribunal de Justiça estabeleceu que o direito constitucional da mulher "confere-lhe uma amplitude sufi-

abranger sua decisão de terminar ou não uma gravidez". Desde então, nenhum dos 50 Estados do país pôde aprovar leis que dificultem este direito. E 15 Estados já aprovaram leis concedendo fundos públicos para o aborto.

Nos Estados Unidos, realizam-se anualmente mais de 1,5 milhão de abortos. De 1973 a 1977, uma em cada 11 mulheres grávidas abortou. As mulheres pertencentes às minorias raciais, mais pobres, são as que mais recorrem a essa medida extrema de interrupção da gravidez: em 1978, esse grupo abortou com uma frequência três vezes superior às mulheres brancas.

Dez anos de legalização, contudo, não foram suficientes para abrandar a discussão sobre o tema, como o demonstram as manifestações semanais nas escadas

da Park-Med, a maior clínica de abortos do país, em Nova Iorque, com cerca de 120 intervenções diárias. Aos sábados, ali se reúnem padres, freiras e vários inimigos do aborto com cartazes de "Isto é Auschwitz" e lançando gritos de "assassinas" às mulheres que entram.

O debate sobre o tema recrudescceu em 1980, após a eleição do presidente Ronald Reagan, que é claramente contrário ao aborto. No ano passado, o senador Orrin Hatch, do Utah, apresentou uma proposta de reforma da Constituição, visando a dar aos Estados a possibilidade de colocarem em vigor leis contra o aborto. Hatch fracassou, mas promete apresentar a emenda de novo este ano.

A Igreja Católica divulgou um comunicado no qual exorta a que o 10º aniversário da decisão do Supremo seja dedicado à reflexão sobre "essa tragédia nacional" e "seus efeitos desumanizantes sobre a sociedade". Em recente entrevista, o padre Edwin O'Brien, diretor de Comunicações da Arquidiocese de Nova Iorque, disse que "os católicos não descansarão até que esta decisão do Supremo Tribunal seja modificada".

Sandra Colony, diretora-executiva da Liga Nacional pelo Direito ao Aborto, por sua vez, afirma: "Ainda não ganhamos definitivamente". No ano passado, a Liga apresentou denúncias ao Supremo Tribunal sobre dificuldades ocorridas em cinco Estados à prática do aborto. Alguns dos incidentes relatados: a negativa de atender mulheres cuja gravidez estivesse no segundo trimestre, a solicitação do consentimento da família ou do juiz no caso de menores de idade e a advertência feita por alguns médicos sobre "as graves perturbações emocionais que a intervenção poderia provocar". As integrantes da Liga dizem que os médicos não têm o direito de questionar as mulheres que decidem interromper sua gravidez, e que seria interessante discutir os efeitos psicológicos originados pela criação de um filho que não se deseja.

Colony considera que a grande batalha dos movimentos feministas em 1983 vai ser a travada em defesa dos direitos das mulheres pobres e pertencentes às minorias, no sentido de que todos os Estados da União — e não apenas 15, como agora — concedam fundos públicos para o aborto.

Leslie Brown, da OIM-IPS

# Política

*Como os novos governos estaduais conquistados pela oposição nas últimas eleições estão tratando a questão da mulher? É isto que mostramos nesta página — com Goiás e Minas Gerais — e nas quatro seguintes, com São Paulo e Rio de Janeiro. Elas revelam que, ainda que os avanços não sejam tão significativos quanto se desejaria, certo espaço foi conquistado.*

## Minas

A campanha eleitoral do PMDB em Minas deixou em silêncio o problema da mulher. Com exceção de um ou outro discurso que falava da importância da criação de creches, nada mais foi dito de maneira explícita e enfática. Mas as mulheres mineiras não se calaram. Reuniram-se e, a partir de uma longa discussão, apresentaram um conjunto de reivindicações com relação aos problemas de violência, planejamento familiar, educação diferenciada, trabalho, etc... Este documento foi entregue aos candidatos dos diversos partidos.

Com a vitória de Tancredo Neves em Minas, instalou-se a equipe de transição que se encarregaria de levar ao governador os problemas e propostas de trabalho das diferentes áreas. As mulheres novamente se reuniram. O Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM), os setores sindicais e o setor feminino do PMDB foram recebidos por essa equipe e apresentaram suas reivindicações. Exigiu-se neste momento que os movimentos de mulheres fossem ouvidos quando o governo decidisse qualquer política que os atingisse. Começava a amadurecer neste momento, dentro do setor feminino do PMDB, a possibilidade de criação de uma assessoria feminina ao governo.

A organização do secretariado de Tancredo, como em outros estados, foi um momento de maior pressão política das diversas correntes partidárias. Nesse contexto, o Departamento Feminino do PMDB, tentando influenciar na composição política geral do secretariado, acabou por reduzir a questão da mulher à obtenção de um ou outro cargo no primeiro escalão. Não se sabe se só para bem ou mal, essa tentativa não teve os frutos esperados.

Na preparação do dia 8 de março, houve uma retomada da discussão sobre a criação de uma assessoria feminina junto ao governo Tancredo. Essa iniciativa redundou num ato público de entrega ao governador de um documento, elaborado por diversas entidades de mulheres, contendo suas principais reivindicações. Entre essas reivindicações não constava, no entanto, a exigência de um órgão específico da condição feminina. Isto porque, embora o setor feminino do PMDB tivesse levado esta proposta na reunião das entidades de mulheres realizada no dia 5 de março, ela não obteve um apoio consensual dos outros movimentos. A proposta encontrou resistências, principalmente do CDM e do setor feminino do PT. Estes argumentavam que o papel do movimento de mulheres é reivindi-

car e lutar pelos seus objetivos, e que a forma pela qual o novo governo irá tratar da questão da mulher é de sua competência e de seu partido. Assim, somente o setor feminino do PMDB levou ao governador a reivindicação da criação da assessoria feminina.

Independente desta proposta, os demais movimentos de mulheres se colocaram como interlocutores legítimos para debater e apresentar sugestões no que se refere à questão da mulher.

Mais recentemente, sob pressão do setor feminino do seu partido, o governador Tancredo Neves declarou-se disposto a criar um conselho da condição feminina nos moldes da iniciativa do governo Montoro. No entanto, a situação dentro do PMDB é bastante complexa. Não podemos esquecer que em Minas o PP é dominante dentro do partido. Tancredo pretende conciliar o projeto mais avançado do "velho" PMDB com a perspectiva assistencialista das senhoras do PP. Não se sabe que ginástica política será capaz de acomodar estas correntes. Os movimentos de mulheres que não estão no PMDB esperam, pois não sabem muito bem se terão um lugar a ocupar neste jogo de xadrez.

**Centro de Defesa dos Direitos da Mulher**

## Goiás

Apesar da luta que vem desempenhando há muito tempo, a mulher goiana foi discriminada nas últimas eleições. Os partidos de maior penetração — PDS e PMDB — só abriram espaços para candidaturas à Câmara Municipal, deixando o Estado sem representação feminina na Câmara dos Deputados, no Senado e na Assembléia Legislativa.

Por ironia, ou para demonstrar a credibilidade da população nas mulheres, a vereadora Conceição Gayer, do PMDB, foi a mais votada de Goiânia, obtendo 10 mil votos. Por esse motivo, coube-lhe presidir a sessão solene de inauguração de mais uma legislatura. O seu discurso de abertura foi aplaudido em pé, por centenas de pessoas que lotavam as galerias, depois de terem participado de uma campanha bonita, mas sofrida, por causa da concorrência dos homens, que, de maneira alguma, por mais democráticas que fossem as suas posições, não aceitavam perder eleitores para mulheres, mesmo que fossem suas correligionárias.



Diante das constantes discriminações que a mulher vinha sofrendo, o CEVAM (Centro de Valorização da Mulher) e o grupo feminista Eva de Novo, às vésperas das eleições, procuraram os candidatos a governador de todos os partidos e lhes entregaram um documento contendo suas reivindicações básicas, tais como creches, novo Estatuto Civil, salários iguais, modificações dos livros didáticos e aproveitamento da mulher no primeiro escalão do governo e nos cargos de chefia da administração pública.

Estas reivindicações foram embasadas na participação das mulheres durante toda a campanha eleitoral. Elas se fizeram presentes nos bairros, no interior, nos comícios. Foram os melhores cabos eleitorais, além de terem participado como agentes de serviços menores dos candidatos dos partidos em que elas acreditavam. A presença das mulheres era importante, porque elas representam 53% do eleitorado goiano. Apesar da campanha, o resultado não foi muito animador. Apenas duas foram eleitas vereadoras.

Passadas as eleições, o CEVAM procurou o governador eleito Iris Rezende Machado para cobrar a promessa de que pelo menos uma mulher identificada com o movimento feminista goiano seria aproveitada no primeiro escalão. Diante disso e da pressão que se fez, a mulher conseguiu um pequeno espaço e está representada nos cargos indicados pelo CEVAM.

A educadora e professora universitária Dalísia Doles ocupou a Secretaria Municipal de Educação. Linda Monteiro está na Procuradoria Geral da Caixa Econômica do Estado, Conceição Gayer acumula as funções de secretária para Assuntos Extraordinários e de presidente da Febem. Tânia Duarte está na assessoria da Goiastur e mais duas mulheres, que não participam dos movimentos feministas, foram lotadas em assessorias especiais na Prefeitura.

A secretária Conceição Gayer, filiada ao CEVAM, já promoveu vários encontros feministas em Goiás, buscando idéias para criar o Conselho da Condição Feminina. Várias sugestões foram apresentadas e uma já tem espaço garantido: as mulheres goianas vão lutar para que, nas próximas eleições, os partidos reservem 20% das candidaturas para elas.

**Mara Lúcia Moreira  
do CEVAM**

# Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder.

Pela primeira vez no Brasil, há um órgão ligado ao Estado para combater a discriminação contra a mulher. É o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, que já está funcionando, com reuniões semanais e abertas.

O movimento feminista entra numa nova fase. Pela primeira vez no Brasil, existe a possibilidade concreta de viabilizar reivindicações do movimento de mulheres, fruto do crescimento do feminismo e do trabalho das mulheres organizadas em torno da Assessoria que montou o Plano de Governo do PMDB. Criado por um decreto de 4 de abril, o Conselho da Condição Feminina está funcionando provisoriamente nas salas 308 e 309 da FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), à rua Alves Guimarães, 429, Pinheiros, onde há reuniões às segundas-feiras à noite abertas à participação de todas as interessadas.

O decreto nomeia um Grupo Executivo de Trabalho composto por Benedita Savi, Eva Blay, Heleleth Saffioti, Iara Prado e Maria Malta Campos, que terão 90 dias para apresentar um Plano de Ação e os critérios para indicação dos membros efetivos do Conselho, que serão 15: oito mulheres representativas das diversas tendências do movimento e sete designadas pelas Secretarias da Justiça, Educação, Saúde, Promoção Social, Trabalho, Cultura e Fundo de Assistência Social do Palácio.

Ligado ao Gabinete Civil do Governo, o Conselho não é uma Secretaria e, como tal, não tem verba própria. Mas esta foi a forma considerada mais viável pelas mulheres que o conceberam, depois de muitas consultas e reflexão.

## Um parto trabalhoso

Conseguir espaço para as mulheres dentro da máquina do Estado não foi tarefa fácil. No seminário realizado em março do ano passado com a presença de 80 mulheres, entre presidentas de diretórios, representantes do Interior, candidatas a candidatas e feministas independentes, concluiu-se pela necessidade urgente de criar um Grupo de Estudos da Mulher dentro da Assessoria que montava o Plano de Governo, única forma de nossas reivindicações serem consideradas.

Assim foi feito, mas ainda não bastava. Para manter esse espaço era preciso fazer pressão de fora, trazendo as reivindicações dos movimentos de mulheres para dentro do Grupo de Estudos. Organizaram-se então mais seis seminários, desta vez com mulheres ligadas a movimentos de creches e melhores condições de vida, sempre com a mesma finalidade: discutir as prioridades para uma proposta de trabalho e organização dentro do Governo. Esses seminários contaram com a presença de 40-50 mulheres cada um e foram realizados na Zona Leste, Sul e Oeste da Capital e nas cidades de Araçatuba, Itu e Sorocaba, no Interior.

Outro recurso foram consultas feitas a Sindicatos para incorporar reivindicações nascidas dos congressos de trabalhadoras. Uma pesquisa realizada entre 500 mulheres presentes à Convenção do Partido, em junho, veio completar os subsídios para a elaboração do programa e forma de organização do Conselho.

"Nunca ninguém quis fazer acreditar que os contatos foram sistemáticos e esgotaram todas as possibilidades", diz Maria Malta Campos. "Mas é preciso deixar claro que essa preocupação sempre existiu nas pessoas que trabalharam nesse projeto, voluntariamente, às noites e aos fins de semana."

Foi então elaborado o programa que seria lançado a 18 de setembro, num ato público que contou com a presença do então candidato a governador, candidatas a vereadora, deputada estadual e federal e representantes de trabalhadoras, que passaram a divulgá-lo com a ajuda de Luci Montoro e das demais integrantes do Comitê Feminino da Campanha.

Mas a esta altura as feministas do PMDB já sabiam que a luta continuava, dentro e fora do partido. Lembra Iara Prado que elas encontraram todo tipo de dificuldade para imprimir o material de divulgação do Conselho, considerado menos importante que o resto do material do partido.

O passo seguinte foi pensar a minuta do decreto que criaria o Conselho, entregue ao

governador no dia 8 de março por algumas mulheres do Grupo de Estudos.

## Por que um Conselho?

A primeira idéia era de uma Secretaria da Mulher. Mas a forma de Conselho foi preferida por várias razões, principalmente por reconhecer-se que a proposta de Secretaria seria desproporcional às atuais forças do movimento de mulheres. A idéia foi então começar por um órgão menos ambicioso e ampliá-lo no processo — já com experiência acumulada e crédito na praça.

Como seria esse Conselho? Subordiná-lo a uma Secretaria seria desfavorável, visto que a competição entre elas dificultaria o acesso aos dados de uma para outra. Foi quando se pensou no Gabinete Civil, órgão mais ágil e próximo ao Governador, com ascendência diante das Secretarias.

A outra questão era pensar os critérios para representação do movimento dentro do Conselho. A idéia de ter dentro dele mulheres designadas pelas Secretarias responsáveis pelos programas que mais diretamente afetam a mulher (o Fundo de Assistência foi incluído por repassar verbas a esses programas; no tempo de Sílvia Maluf, por exemplo, atuava em programas de controle da natalidade e creches) era porque elas poderiam articular o Conselho com esses programas, de dentro da própria máquina burocrática. O critério para designação dessas mulheres deverá ser de que

sejam pessoas ligadas a programas sobre a condição feminina.

Quanto às outras oito conselheiras, representantes da sociedade civil, explica Maria Malta Campos que "existe a consciência de que, por mais representativas que sejam, isso não esgota as possibilidades e necessidade de participação através de outras formas". Ela dá como exemplo a consulta direta, a participação através de fóruns, assembleias e debates públicos, e a criação de formas de participação e consulta a nível local. "As oito conselheiras constituiriam apenas uma das inúmeras instâncias de participação que é preciso garantir."

Conscientes disso, existe ainda a questão dos critérios para a indicação dessas oito pessoas. O decreto deixa em aberto se serão mulheres consideradas individualmente ou que representem grupos específicos. A questão, ainda não resolvida, é em que medida seria desejável que essas mulheres fossem necessariamente ligadas a grupos organizados, ou não. Se sim, quais seriam os critérios? Devem basear-se em Capital/Interior, brancas/negras, sindicatos/movimentos de bairro, etc.?

Outra questão é a autonomia do movimento. Dizem integrantes do Conselho: "A autonomia dos vários grupos feministas não deve, em hipótese alguma, ficar comprometida pela existência do Conselho. Eles devem continuar exercendo seu papel crítico, fazendo exigências e propostas cuja viabilização será tarefa do Conselho. O próprio mecanismo de Conselho, com representatividade dos movimentos em vários níveis, é garantia dessa autonomia."

## As propostas

Uma política de profissionalização, emprego e saúde da mulher; uma política quanto a creches; uma política que enfrente a violência específica à qual as mulheres estão sujeitas; e uma política cultural que provoque a mudança na imagem da mulher difundida pelos meios de comunicação, livros didáticos e outros setores, que reforcem preconceitos e discriminações — essas são as propostas em torno das quais o Conselho está elaborando seu Plano de Ação.

As reuniões na sede provisória estão sendo em torno da elaboração desse plano, com grupos de estudo constituídos nas áreas de Saúde, Trabalho e Meios de Comunicação. O telefone do Conselho é 881-5311 ramais 353 e 354, e há gente para dar informações durante o dia inteiro.



## OPINIÃO

O que você acha do Conselho da Condição Feminina? Quais as limitações e possibilidades que você vê para sua atuação?

Mulherito fez essas perguntas a duas militantes do movimento de mulheres, com vinculações partidárias distintas — uma é do PMDB, outra é do PT —, na tentativa de ampliar a discussão política sobre o Conselho. Eis suas respostas:

**E**lizabeth Souza Lobo, do grupo Sexualidade e Política e militante do PT. Uma política definida, explícita, que enfrente a opressão e discriminação contra as mulheres na sociedade brasileira, é evidentemente um avanço. Repetindo uma socióloga feminista, Daniella Kergoat, foi preciso que um movimento social saísse às ruas para que os especialistas, e os políticos entre outros, descobrissem que o direito ao próprio corpo, à contracepção, ao aborto, a creches, à igualdade jurídica também são temas políticos e têm, numa sociedade democrática, uma importância compatível aos direitos de greve, de livre organização dos partidos, de autonomia sindical.

Esta legitimidade é uma conquista das mulheres, construída através de nossas lutas. Por isto o Conselho é importante e é uma conquista de todas nós. Já não somos objeto de políticas de caridade, somos sujeitos, agentes de nossa história.

Os limites que vejo na proposta do Conselho da Condição Feminina em São Paulo remetem à questão da participação. A proposta do Conselho contempla uma "representação da sociedade civil". Fica a pergunta: quais os critérios desta representação?

Pelas características mesmas de nossa luta, leis outorgadas não são suficientes, ficam no papel. A luta do dia-a-dia contra a discriminação supõe mecanismos que permitam às mulheres discutir, propor, executar.

O movimento de mulheres existe. Não foi o Estado que o criou. Trata-se pois de reconhecer as lutas autônomas das mulheres, seu papel de agentes na modificação da sociedade e confiar menos na competência de especialistas. Daí por que acho menos importante nomear oito porta-vozes do movimento do que viabilizar a participação das mulheres nas creches onde estão seus filhos e nos postos de saúde, reforçar os SOS; abrir uma ampla discussão sobre o sexismo na educação e sobre os crimes do elitismo da contracepção neste país.

O difícil neste tudo é que o feminismo nos fez rejeitar as velhas formas da prática política — o poder dos(as) especialistas. Agora temos que inventar a política, sem as ilusões de "feminização", porque não existe uma "essência feminina democrática". Mas existem sim práticas democráticas de participação nas decisões, de gestão da própria vida, que desenvolvemos no movimento, que aprendemos e aplicamos para sacudir partidos, sindicatos e governos.

Claro, o Conselho só funcionará se o Movimento de Mulheres for forte. Mas, para que não seja um conselho materialista (reiventemos também os conceitos, eles são sexistas...), a participação das mulheres não pode ser uma fórmula vazia.

**L**ídia de Amaral Lopes, a Cica, do Tribunal Bertha Lutz e militante do PMDB. Acho que a criação do Conselho significa um passo a mais na conquista das reivindicações das mulheres. Ao criá-lo o governo do Estado de São Paulo reconhece que as mulheres são discriminadas e, mais do que isso, se propõe a enfrentar estas discriminações. Esta situação é inusitada.

Seria então uma vitória? Não será preciso esperar os resultados práticos da atuação do Conselho recém-criado para responder: sim, uma vitória do Movimento de Mulheres. Abrimos um espaço. Agora sabemos conquistá-lo. Para tanto será preciso saber distinguir com clareza os componentes desse processo que se inicia: o Conselho da Condição Feminina e o Movimento de Mulheres. O Conselho não é um órgão autônomo, é um órgão governamental do Estado de São Paulo. O Movimento de Mulheres é e continuará sendo autônomo, apartidário e reivindicatório. Entendo este Conselho como uma entidade atuando no âmbito do governo, sujeito portanto a seus limites (políticos, administrativos, financeiros).

O Movimento de Mulheres, por sua vez, continuará levando suas lutas, suas propostas e poderá ter neste Conselho um canal privilegiado. Conselho e Movimento estão então intimamente ligados exatamente porque são distintos, a força de um atua sobre a força do outro, mas não se substituem, não se sobrepõem. Um Movimento forte e independente de mulheres criará condições melhores para a atuação do Conselho. E, em contrapartida, sua existência e seu sucesso revigoram o Movimento.

Quanto à segunda pergunta, sobre as limitações e possibilidades, acredito que identificar seu terreno de atuação, estabelecendo uma política de prioridade viável, será o primeiro desafio do Conselho. Mesmo que parciais e pequenas, precisamos de soluções que eliminem ou simplesmente atenuem o peso da discriminação sexista sofrida por nós mulheres.

As bandeiras de luta do Movimento de Mulheres são conhecidas. Caberá ao Conselho estabelecer prioridades, concentrar forças e orientar o governo na adoção de medidas. Existem vários problemas que podem ser atacados por meio das secretarias do governo que estarão em contato permanente com o Conselho. Talvez existam até pequenas modificações legais que podem ser implementadas e que nunca foram pensadas antes, porque as mulheres sempre estiveram longe dos centros de decisão e jamais foram ouvidas.

Os limites na atuação do Conselho começam na própria discriminação que ele pretende combater, no preconceito e no comportamento machista da sociedade. É preciso hoje, apostar nas possibilidades e ir o mais longe possível, sedimentando vitórias nessa luta pela igualdade e respeito.



# "Queremos assumir a pobreza, a morenitude, a feminilidade"

"Ou o governo assume as mulheres ou ele não é de nada", diz o novo vice-governador e secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, nesta entrevista a Solange Padilha, de *Mulherio*. E compromete-se: "Entre um preto e um branco, damos preferência a um preto. Entre uma mulher e um homem, damos preferência à mulher. É preciso privilegiar os desprivilegiados. O que nós queremos é assumir a pobreza, a morenitude e a feminilidade".

Conhecido antropólogo, ex-ministro da Educação do governo Goulart, ex-reitor da Universidade de Brasília, o professor Darcy, como é chamado pelas várias assessoras que tem à sua volta, também fala, de maneira informal e bem-humorada, sobre o comportamento sexual da mulher, a importância do movimento de mulheres e a intenção do governo Brizola de ampliar os projetos de mãe-crecheira no Estado.

Darcy Ribeiro

O que um governo como este do Rio, que teve tal unanimidade do voto popular, tem a oferecer às mulheres?

Temos de tratar a mulher como uma coisa comum, tal qual é a mulher. Vocês são simplesmente a metade da população, que faz a outra metade.

Então, ou o governo é das mulheres ou ele não é de nada. O nosso partido incorpora as mulheres mas não quer fazer um setor feminino, porque achamos que em todos os órgãos de direção deve ter mulheres. Eu acho que cada dirigente do partido tem de ter ao seu lado, um assessor jovem, um assessor mulher. O importante é ir treinando, dar às companheiras mulheres a oportunidade de treinarem posições de comando.

Mas de qualquer maneira, se na minha época vocês eram apenas 3% nas universidades, hoje as mulheres são 63% dos universitários. Existem profissões inteiras, onde só tem mulher. Eu acho que os rapazes perderam um pouco aquele nervo combativo e as mulheres ficaram com mais competitividade.

Um pouco como o movimento hippie: os meninos norte-americanos perceberam que não valia a pena a luta do pai, que fazia uma força filha da puta para aos 50 anos ter uma

casa de tábua, dois carros velhos... E a mulher trabalhava pra burro, ahn? Os caras não querem mais ser gerentes, diretores, trabalhar para o patrão, para a General Motors, eles querem é boa vida (risada). Eu acho que as meninas ainda estão nessa do trabalho e, nessa, elas passam os rapazes para trás...

Mas a verdade é que toda a vez que as mulheres avançam dentro de uma profissão, esta entra em decadência ou já está...

Não sei se é verdade. As mulheres sempre trabalharam mais do que os homens. Antigamente, 70% ou 80% do trabalho estava concentrado na área rural. E a mulher e a criança sempre trabalharam muito e foram mal pagas. A luta da mulher é para ser paga pelo seu trabalho. Não podemos esquecer também que a mulher faz a célebre dupla jornada de trabalho.

Quando trabalhei para um órgão da UNESCO, chamei uma das mulherólogas mais importantes do mundo, Margareth Randall e perguntei-lhe se era capaz de captar o ideário feminista e dizer o que é importante para a mulher trabalhadora pobre. Porque fazer um discurso para a mulher rica é mais fácil. Você pode dizer, por exemplo, como a



## Participando do governo

O governo de Brizola no Rio está, ao que tudo indica, na frente dos outros Estados brasileiros na questão do aproveitamento de mulheres no primeiro escalão do governo estadual. Iara Vargas, uma das deputadas mais votadas, é a nova secretária da Educação, e a médica Edialeda Salgado do Nascimento foi nomeada para a Secretaria da Promoção Social. Há mulheres também em outros cargos de importância política, como Raquel O'Donnel na direção do presídio masculino de Bangu; e na administração municipal, como Maria Ieda Linhares na Secretaria da Educação e Zélia Brizero na coordenação do setor de promoção social.

A presença feminina no governo não parece ser resultado de uma mobilização direta do Movimento de Mulheres do PDT (MMPDT), mas sobretudo de um esforço do partido em assimilar "o maior número possí-

vel de desprivilegiados", como declara o vice-governador Darcy Ribeiro.

Entre essas mulheres, duas têm certo nível de militância feminista: Edialeda e Zélia. Edialeda do Nascimento, que também é negra, diz que pertence ao MMPDT, mas não recebeu nada de objetivo — reivindicações, por exemplo — do movimento. Ela considera o fato de ser secretária muito importante, enquanto "símbolo de ascensão da mulher negra".

Edialeda mostra-se preocupada com a questão da autonomia dos movimentos sociais. E cita um exemplo: "Quando estou na Kilombos (escola de samba alternativa) eu sou kilombola e acabou. A visão paternalista do antigo governo fez com que muitas associações se ligassem a um partido e ficassem clientelistas".

Já Zélia Brizero, coordenadora do setor de promoção social na área municipal, diz que "ser feminista em um cargo de importância política é uma responsabilidade muito

grande". Do seu ponto de vista, o mais difícil é "guardar o discurso feminino e ser respeitada como pessoa política".

Quanto aos programas de governo voltados para a mulher, os mais citados até agora têm sido a ampliação do projeto de "mãe crecheira"; a criação das escolas comunitárias (que além de servirem às mães agiram como ofertas de trabalho para mulheres dentro de sua comunidade); e o aperfeiçoamento do programa de assistência materno-infantil. A criação de empregos para as mulheres foi levantada como uma das preocupações, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pretende criar cursos de faxineiras e babás para as mulheres.

Leonel Brizola estabeleceu as crianças como prioridade máxima de seu governo. Esperamos que as mulheres não sejam vistas apenas como as mães destas crianças, mas também como seres autônomos, com necessidades particulares e individuais.

Solange Padilha



Ilustração de Paulo Caruso

**"A revolução mais importante da história humana nos últimos séculos é a revolução da mulher. A mulher assumir o seu corpo, o orgasmo, é de uma importância enorme."**

mulher é explorada pela Helena Rubinstein, pelo sistema de abortos.

Mas o que isso significa para a mulher trabalhadora pobre? De fato, é difícil definir. Apenas com coisas muito específicas, como a creche. Esta é uma reivindicação mulhêr fundamental. É claro, trabalho igual/salário igual, que é um problema da mulher e da juventude. Mas, a não ser nessas coisas, é difícil definir o ideário feminista da mulher pobre. Existe um corpo de reivindicações muito claras, mas é da classe média.

Mas eu quero que fique claro: para mim, a revolução mais importante da história humana nos últimos séculos, é a revolução da mulher. A mulher assumir o seu corpo, o orgasmo, é de uma importância enorme. A revolução da pílula deu à mulher a atitude responsável. O homem dava uma transadinha, uma trepadinha e ia embora tranquilo. A mulher tinha que se guardar, se ela se deixasse enxertar, tinha que fazer um aborto, não tinha dinheiro e logo, o sujeito a deixava sozinha. Portanto, a pílula deu uma liberdade de transar enorme para a mulher.

A problemática feminina é muito complexa. Por exemplo, todo mundo fala muito em classe social, mas raramente vi estudos que merecessem este nome. É claro, em uma sociedade de classes, nada pode ser dito sem referência às classes, mas esta referência não explica tudo.

A Rose Marie Muraro fez um estudo inteligente. Ela pegou um bloco de mulheres camponesas, operárias, burguesas e mostrou a

alienação de cada uma delas. A alienação da camponesa ou da operária é muito mais profunda, ela é induzida a pensar contra si mesma, contra seu corpo, por alguém quer que ela pense assim, por alguém que usa seu corpo para outro fim que não o da fruição. Isto a diferencia de uma mulher que é feita como objeto de prazer, uma boneca mimada, como a mulher burguesa.

Culturalmente, a mulher carioca tem a questão do corpo muito presente. O que diferencia a carioca das outras?

A carioca de que você fala é a de Copacabana, da zona da praia. Existe uma carioca típica que pertence ao Rio rico, da classe média, que vai à praia e tem uma grande liberação. Mas se você pega uma carioca de Nova Iguaçu, ela é muito mais parecida com a paulista do ABC. Há uma população muito conservadora nessas áreas e com senso de família, de defender-se, muito agudo. A violência do morro começa muito cedo e a menina tem de estar-se defendendo com sete anos, trancando as pernas. O sexo ainda aparece para ela como um trauma.

Um dos problemas mais graves do Rio é o de prostitutas criminosas, de 13, 14 anos. Elas transam com drogados, se metem em tráfico de cocaína e acabam por participar de um assassinato. Conseqüentemente caem na tutela do Estado. Pois bem, o que fazer quando você tem 100, 200 dessas meninas, que não têm por que defender a sociedade, que foram estupradas pelo pai ou irmão, com seis ou sete anos? Que perspectiva dar a elas?

Mas o fato das mulheres da geração que hoje tem 50 ou 60 anos terem assumido empregos públicos, quando o Rio era capital da República, deu à classe média um padrão de comportamento pioneiro.

O Rio de Janeiro é cosmopolita, é uma das capitais do mundo. É como Paris, Roma. Totalmente diferente de Lion ou Milão. São Paulo uma vasta província, até o início do século, menor que São Luis do Maranhão. E quando os paulistas chegam aqui acham nossa cidade suja, olham a praia e dizem: "Que preguiça, ninguém trabalha". O Rio é o segundo Estado em termos de produção, de arrecadação de impostos e tem uma população muito menor. O ideário de todo o brasileiro é conhecer o Rio e agora esta começando a tornar-se o de todo ser humano da terra.

Gostaria que vocês dessem uma notícia. O Brizola já autorizou um Festival da Juventude para o 1º de janeiro próximo. Nós vamos convidar a juventude do mundo pra vir ver o Ano Novo nascer debaixo do sol de Iemanjá. Já pensou? A juventude do hemisfério norte, da Escandinávia, acostumada com 40 graus abaixo de zero, vem, toma um charter baratinho, acampanha Barra da Tijuca... Eu quero ver 50 mil jovens, homens e mulheres, numa grande festa. O Rio dá para isto.

O projeto da mãe crecheira é muito polêmico. As feministas não gostam muito dele. Gostaria de saber sua opinião.

Uma creche custa 120 milhões e cada criança 49 mil cruzeiros. No Rio, existem 13 creches desse tipo. Se continuarmos fazendo essas creches, talvez no ano 3000 tenhamos servido a todas as crianças. Ora, o nosso problema é a mãe de agora, dar um socorro. Não estamos pregando a pobreza, mas temos de assumir que somos pobres. Se dou a um grupo de mulheres faveladas de Jacarezinho uma ajuda mensal de 200 mil cruzeiros, elas podem com esse dinheiro organizar duas ou três casas para que as mães que não trabalham aquele dia tomem conta das crianças. Podem comprar merenda. Assim poderemos servir a muitas crianças. O outro projeto, o crechão, é udenista. Eu tenho que atuar no mundo, tal qual ele é: aqui e agora.

Além da mãe crecheira, vamos fazer outra coisa que é mais difícil, que são os terreiros de brincadeira. Vamos juntar um milhão de crianças de cinco a seis anos, que estão na idade de entrar para o pré-primário, mas não têm escola. Vamos pegar meninas normalistas, senhoras, senhores, para tomarem conta de graça. Vamos dar um chuveiro, uma privada, uma merenda e a preparação do primário.

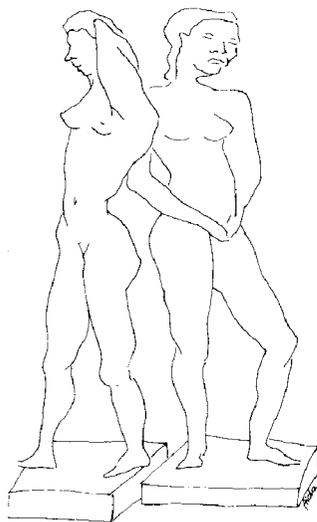
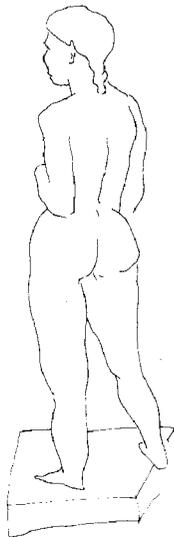
É claro que isto é muito mais pobre que uma escola primária e não faço isto para negar o pré-primário, mas para atender a situação de agora. Isso é totalmente diferente do que foi feito com o sistema educacional, que se ampliou e criou uma escola para os pobres. Nossa atitude não é essa. Com a mãe crecheira e os terreiros, vamos fazer escolões, novas áreas mais pobres e concentradas, para 500 mil crianças, com creches adequadas, programa de recuperação para os jovens, clubes, de cultura, esporte, música etc.

Estamos chegando ao fim de nossa entrevista. Mas antes gostaria de saber se o senhor recebe ou alguma reivindicação do movimento de Mulheres do PDT.

Não, não. Nós temos muitas mulheres que trabalham conosco. Entre um preto e um branco, damos preferência ao preto, entre uma mulher e um homem, damos preferência à mulher. E preciso privilegiar os desprivilegiados. O que nós queremos é assumir a pobreza, a morenitude, a feminilidade.

Solange Padilha

# RESISTÊNCIA



**U**ma mulher suave, olhos verdes límpidos e tranqüilos, bem-humorada e sorridente, apesar das tragédias que já enfrentou na vida, viúva, quatro filhos, 51 anos, aspecto bastante jovem, há sete anos vem causando sérias dores de cabeça ao general Pinochet e seus colegas militares que deram um golpe no Chile em setembro de 1973. Seu nome é Isabel Letelier. Ela veio ao Rio em março para assistir à posse do governador Leonel Brizola e esteve em São Paulo a convite do PT. Viajou com uma velha amiga, Hortensia Bussi de Allende, viúva de Salvador Allende.

Isabel Letelier é viúva de Orlando Letelier, assassinado em setembro de 1976, em Washington D.C., nos Estados Unidos, numa manhã de outono quando o carro em que ia para o trabalho com sua assistente, a cidadã americana Ronnie Moffit, e o marido dela, Michael, voou pelos ares, estilhaçado por uma bomba que havia sido colocada por agentes da polícia secreta chilena que foram aos Estados Unidos com essa missão, mas que tiveram a ajuda de cinco exilados cubanos. Michael Moffit ficou ferido, mas sobreviveu. Orlando e Ronnie morreram instantaneamente e seus corpos ficaram em pedaços.

Desde então, Isabel e Michael vêm movendo uma verdadeira guerra judicial nos Estados Unidos contra o governo do general Pinochet. O assassinato foi investigado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos e os culpados diretos e indiretos foram pouco a pouco indetificados: desde generais chilenos que agiram com o acordo do próprio Pinochet, até a LAN Chile, empresa aérea estatal que transportou os agentes da polícia secreta chilena com o explosivo que serviria para matar Orlando e Ronnie.

Isabel e Michael conseguiram provar a cumplicidade da diretoria da LAN Chile, por isso, nesse momento, os aviões da LAN não podem pousar em território americano: eles seriam apreendidos como parte do pagamento de uma sentença de indenização que a Justiça americana proferiu há dois anos em favor das famílias Letelier e Moffit. Os tribunais americanos condenaram o governo de Pinochet a pagar 4,9 milhões de dólares a Isabel e Michael. Por causa disso, o governo militar chileno transferiu todas as suas contas bancárias dos Estados Unidos para o Canadá, com medo de que fossem bloqueadas para pagar a indenização.

Isabel é presidente do Comitê Chileno pelos Direitos Humanos, em Washington, onde vive. Desde o assassinato de seu marido, trabalha no I.P.S. ("Institute for Policy Studies"), um instituto de pesquisa dirigido por americanos progressistas e liberais comprometidos com a causa dos direitos humanos.

No I.P.S., Isabel Letelier coordena um projeto sobre direitos humanos e direito à justiça, ocupando-se não só do Chile, mas também da Argentina e do Uruguai. Ela coordena ainda um projeto sobre mulheres do Terceiro Mundo.

Isabel Letelier e Hortensia Bussi de Allende pretendem voltar ao Brasil ainda este ano para participar da Semana de Solidariedade ao Povo Chileno, que está sendo organizada para setembro ou outubro, quando a ditadura militar chilena deverá completar dez anos.

Durante a sua rápida visita ao Brasil, ela contou-me um pouco de sua experiência como mulher, desde os tempos de esposa de diplomata e de ministro até sua vivência atual, como uma das mais fortes opositoras ao regime militar chileno. Eis o que ela disse:

"Antes de tudo isso acontecer, eu era duas coisas: professora de espanhol e pintora. Estudei espanhol e filosofia na Universidade Católica do Chile e pintura na Escola de Belas Artes, também em Santiago. Comecei a pintar desde bem jovem e trabalhei também no Chile como professora de espanhol.

Pouco depois de casar-me com Orlando, fomos viver em Washington onde ele trabalhou durante 10 anos no BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. As crianças eram pequenas mas continuei trabalhando. Dava aulas de espanhol no Departamento de Estado, para americanos que iam para a América Latina, e na Universidade de Georgetown. Sempre fui muito independente e o Orlando sempre apoiou as minhas atividades. Pudemos sempre ter empregadas e isso certamente permitiu que eu continuasse a minha vida profissional.

Com a eleição de Allende e o governo da Unidade Popular, fizemos as malas e fomos para o Chile, mas Orlando foi logo nomeado embaixador em Washington e voltamos para lá. Foi uma mudança radical na minha vida; como esposa de embaixador não podia fazer muito. Não me era permitida qualquer atividade profissional remunerada. Estava muito ocupada com as crianças e tinha uma vida

A ditadura de Pinochet fará dez anos em setembro. Uma de suas mais fortes opositoras é Isabel Letelier, viúva de Orlando Letelier, que conta aqui, a *Tetê P. Moraes*, um pouco de sua experiência como mulher.

social intensa que faz parte do trabalho de embaixador. Recebia muito em nossa casa. Mesmo assim, inventei a Fundação Chile, que se ocupava em mandar material médico e educativo dos Estados Unidos para o Chile. Voltamos ao Chile e a vida de esposa de ministro não era muito diferente. Eu continuava muito ocupada com os filhos e acompanhando Orlando em suas múltiplas atividades na vida política chilena. Foi um tempo muito positivo e interessante.

Em 1973, com o golpe militar, Orlando foi preso. Ficou desaparecido durante três meses e incomunicável na Ilha de Dawson, no sul do Chile, durante um ano. Eu fiquei em prisão domiciliar com as crianças. Não tínhamos dinheiro para viver porque a Junta Militar congelou nossas contas bancárias em Santiago. Consegui então um emprego num colégio americano em Santiago, uma escola para onde as famílias ricas mandavam seus filhos. Mas meu emprego só durou uma semana. Disseram-me que meu nome era muito "conflitivo". Vivi todo aquele ano fazendo traduções do alemão para o espanhol: artigos técnicos sobre as plantas. Eu trabalhava quase clandestinamente. Sou muito grata às pessoas que me conseguiram aquele trabalho porque se arriscaram muito por isso.

Um dia Orlando foi expulso do Chile — como resultado de muitas pressões internacionais — e foi para a Venezuela. Mas decidimos nos reinstalar em Washington, onde achávamos que seríamos mais úteis à resistência do nosso povo. Aconteceu-me, então, uma coisa incrível: depois do golpe não consegui mais pintar. Senti isso em Washington, no início do nosso exílio. Tentei voltar à pintura mas tudo me saía descoordenado, os pincéis, a paleta... estava muita tensa. Segui o conselho de uma amiga e experimentei a escultura. Fui trabalhar com cerâmica. Foi uma maravilha. Uma verdadeira terapia. Foi um período de grande criatividade. Sentia-me feliz outra vez. Preparei uma série de esculturas que chamei de "Mulheres Liberadas". Fiz uma exposição numa galeria em Washington e vendi quase tudo. Orlando estava muito impressionado e orgulhoso do meu trabalho.

Em setembro de 1976 mataram Orlando. Recebi um telefonema do hospital. Ele havia saído de manhã para ir trabalhar. Aquele dia havíamos combinado almoçar juntos. Ele queria fazer-me uma surpresa. Nunca soube qual. No hospital encontrei Michael todo ensanguentado e chorando muito. Disse-me "They killed my love" (eles mataram o meu amor). Compreendi o que tinha acontecido. Exigi ver o corpo de Orlando. Estava coberto por um lençol, em pedaços, o rosto com uma expressão de surpresa. Naquele dia juramos, eu e Michael, que não desistiríamos enquanto todos os culpados não fossem punidos. Não queremos vingança, nem dinheiro é o nosso objetivo. Queremos justiça.

Eu e Orlando estávamos casados há 20 anos. Éramos muito ligados. Depois que o mataram, nunca mais consegui fazer esculturas. Mais uma vez minha vida mudou radicalmente. Tentei reservar um dia da semana para trabalhar com cerâmica, mas não adiantava. Saía tudo com cara de "escultura das quartas-feiras", feio, sem espontaneidade. A gente acaba colecionando todas aquelas peças que de verdade não gosta, mas que tem pena de jogar fora. Desisti.

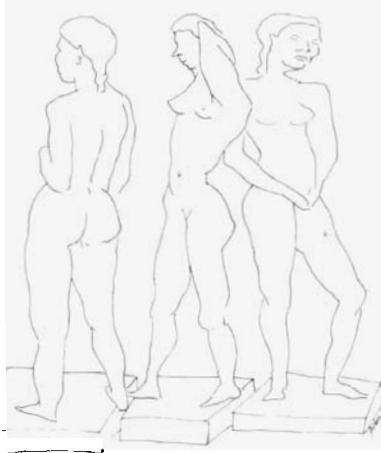


Ilustração Alina

Hoje faço projetos muito lindos no meu trabalho pelos direitos humanos no I.P.S., onde Orlando trabalhava e onde fui trabalhar depois da sua morte. Gosto muito desse projeto que faço com mulheres do terceiro mundo: "Let the Other Half Speak" (Deixemos Falar a outra Metade). Percebi que em geral só os homens são convidados para dar conferências. Resolvi convidar as mulheres. Tenho trazido aos Estados Unidos mulheres de países do Terceiro Mundo que têm muito para contar. É uma forma de melhorar o diálogo com o público americano. Já convidei duas brasileiras: Maria Helena Moreira Alves e Creuza Maciel. Liguei-me muito à rede de informação e de contatos das mulheres americanas.

Não me autodenominaria feminista, mas sinto-me integrada à luta das mulheres. Quando estive em prisão domiciliar no Chile, depois do golpe, fiquei muito impressionada com a capacidade que as mulheres tinham de resistir, de tomar iniciativas. Mulheres que eram simplesmente donas-de-casa, que nunca tinham ido a um banco descontar um cheque, de repente, porque o marido havia sido preso ou desaparecido eram capazes de tomar mil iniciativas, viajar por todo o Chile... Fiquei muito impressionada com essa capacidade oculta das mulheres. Recentemente começamos em Washington reuniões com um grupo de mulheres chilenas. Estamos nos contatando, nos conhecendo mais a fundo.

Fiquei muito impressionada de ver que no Brasil já existe um movimento de mulheres significativo. Gostei muito de conhecer tantas mulheres ativas e preparadas. Não imaginava a quantidade de livros e artigos que vocês brasileiros têm escrito e publicado..."

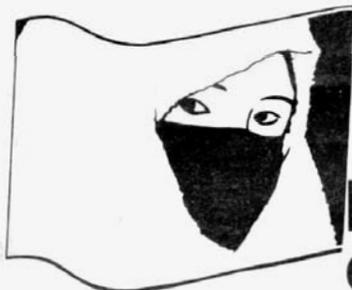
Tetê P. Moraes



Isabel discursando em Nova Iorque.

Foto Judith Patarra

# Leitura



## Descobrimo o véu

A Face Oculta de Eva, de Nawal El Saadawi, Editora Global, 1982, São Paulo, 270 páginas.

Rompendo com o silêncio que sempre foi imposto à mulher árabe, *A Outra Face de Eva* nos oferece uma análise precisa de fatos e depoimentos que, não raro, nos deixam perplexas. Nawal El Saadawi ocupa hoje um importante lugar na linha de frente das escritoras feministas do mundo árabe.

Esta corajosa médica psiquiatra é autora de cinco livros que tratam da condição feminina no Oriente Médio. Em 1972, quando publicou seu primeiro e revolucionário livro *Mulher e Sexo*, as autoridades políticas e religiosas do Egito destituíram-na do cargo de Diretora de Educação Sanitária do Ministério de Saúde Pública e proibiram-na de editar a revista "Saúde". De lá para cá, foi presa várias vezes, a última no ano passado.

Neste novo livro, Nawal pretende analisar a trilogia política/sexo/religião. A primeira parte, dedicada à sexualidade, traz informações estupefacentes a respeito do uso de cintos de castidade, dos vários casos de estupros, muitas vezes cometidos dentro da própria família, e sobretudo da mutilação do corpo da mulher. Esta última nos é apresentada a partir do dramático depoimento sobre sua própria circuncisão, aos 16 anos de idade, seguido de vários outros relatos que representam a quase totalidade da população feminina egípcia.

Uma pesquisa realizada pela autora mostrou que 97,5% das famílias incultas insistiam ainda hoje no exercício deste costume, caindo esta porcentagem para 66,2% entre as famílias cultas. No entanto, nem mesmo as mulheres mais educadas conheciam os efeitos maléficos que a amputação do clitóris — na linguagem popular chamada de "operação de limpeza e purificação" — poderia trazer à sua saúde psicológica e mental.

Se cruzarmos estes dados com a pesquisa da americana Fran Hosen, que apenas na África levantou dados sobre 25 países onde é praticada a clitoridectomia, chegaremos a números apavorantes. Calcula-se em 74 milhões o número de africanas que sofreram essa mutilação.

Isso coloca não só a questão do controle político do corpo feminino, mas também do próprio direito à saúde — que é um dos direitos humanos, fundamentais — sendo negado a mulher. A mutilação não é somente física; ela aparece também na legislação que, iluminada pelo islamismo, é toda pautada na dupla moral dessas sociedades.

Nawal analisa como as condições dos contratos matrimoniais, do aborto e da fertilidade, e ainda a situação dos filhos ilegítimos, discriminam a mulher com base nos dogmas religiosos. Detém-se longamente na história do mundo árabe, pois o papel social da religião nesses países é determinante no que concerne ao trágico destino das mulheres.

Um dos bons momentos do livro é a análise das heroínas nas "Mil e Uma Noites" e outros clássicos que ela qualifica como "ecos dos anseios" de homens e mulheres privados de expressão própria. A autora só é infeliz quando tenta passar do plano social e histórico ao psicológico. É bastante superficial ao criticar as teorias freudianas, fugindo ao rigor com que trata os outros temas. A parte final do livro é especialmente interessante e otimista: ali Nawal conta a história das pioneiras árabes nas lutas de libertação da mulher e da participação nas lutas mais gerais do povo. Assim, descobre o véu da mulher árabe, e contribui para a importante tarefa de nos conhecermos melhor umas às outras.

Eliane Robert Moraes

## Morte em família

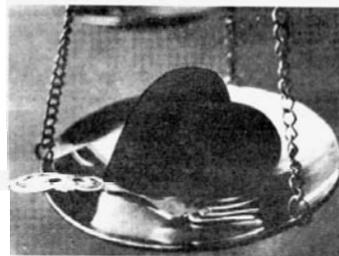
Morte em Família, Representações Jurídicas de Papéis Sexuais, de Mariza Corrêa, Rio de Janeiro, Editora Graal, 315 páginas.

As mulheres acusadas da morte ou da tentativa de morte de seus homens — maridos, amásios, amantes, noivos ou namorados (nessa ordem de importância) — tendem a ser absolvidas com mais frequência que os homens acusados do mesmo crime.

A força e a beleza deste estudo de Mariza Corrêa, suscitado por sua indignação em face da absolvição do assassino de Jô de Souza Lima, em 1973, em Belo Horizonte, reside justamente em sua argumentação mostrando como a mulher sujeito de violência é inconcebível em nossa sociedade. Em Campinas, entre 1952 e 1972, acrescentaria Mariza, pois afinal se trata de uma tese de mestrado em Antropologia Social. O estudo exaustivo de todos os casos de homicídio entre casais levados a julgamento nesse período serve para desvendar a identidade social atribuída a mulheres e homens e a assimetria de suas relações.

O papel masculino reporta-se ao mundo, ao social, ao público, à rua, ao trabalho; o feminino, à sociedade conjugal, à casa, ao íntimo, ao lar. Todas as relações afetivas/sexuais entre homens e mulheres têm a família como marco de referência. Assim, os direitos e deveres inerentes ao casamento serão o parâmetro inevitável da parafernália jurídica. E na família as tarefas estão distribuídas, a mulher cuida da cama, mesa e banho, de adultos e crianças e o homem provê o sustento.

A absolvição ou a gradação da pena serão determinadas pela



adequação da personagem indicada às regras de convívio social, por isso os advogados preferem um bom réu mesmo num caso cabeludo. Além da cor e da classe e dos antecedentes criminais o bom réu é trabalhador, bebe "socialmente apertivos com moderação" e não deixa faltar nada em casa; a boa ré é mãe, trabalhadeira e se ocupa exclusivamente dos afazeres domésticos, como decorrência é fiel e sua fidelidade é ostentada na sobriedade do vestir, na discrição da pintura, no decoro do espaço em que circula. Atributos que não só são diferentes como também não têm peso equivalente. O problema não está na inexistência de mulheres que matem seus homens alegando adultério e legítima defesa da honra. Aos homens é atribuída responsabilidade pelo orçamento doméstico e sua infidelidade não desonra. Porém ao direito masculino de exigir fidelidade e punir seu cumprimento não corresponde igual direito feminino de exigir a manutenção do lar e eventualmente punir seu não cumprimento, nesse caso simplesmente a busca de outras fontes de proteção é legitimada (a melhor delas é a família de origem).

A estratégia de defesa das mulheres baseia-se na sua apresentação como vítimas não só no momento do crime mas durante toda a vida, assim seu ato de transgressão é transformado em reação. É como seres inferiores, bichos domésticos, pobres coitadas que as mulheres são absolvidas.

Albertina de Oliveira Costa

# nem santa, nem prostituta, nem feminista

# EVITA

Evita - de Horácio González, Editora Brasiliense, São Paulo, 1983, 126 p.

A história de Evita Perón ainda surpreende, não só aos argentinos, mas recentemente também aos que a estão descobrindo ou redescobrimo a partir da curiosidade que a ópera tem despertado num contexto internacional. Evita foi uma das pouquíssimas mulheres que conseguiu penetrar com êxito na esfera política, concentrando níveis inusitados de poder, numa rápida carreira, considerando que morreu em 1952, com apenas 33 anos. Portanto, uma história fugaz, marcante e também apaixonada e fanática, a partir da qual se constitui o mito, que tem dividido as opiniões. Para alguns, Evita foi uma santa; para outros, apenas uma prostituta. Mas, quem foi realmente Evita Perón?

A esta difícil pergunta Horácio González procura responder num livro encantador, através de um relato ágil e simpático, escapando aos chavões academicistas. O autor utilizou um interessante recurso literário, que lhe oferece certas vantagens e algumas limitações. González optou por nos delinear uma imagem de Evita através dos olhos de um escritor "fantasma" (um daqueles que escrevem mas cujos nomes nunca aparecem), o espanhol Penella da Silva, que em 1947 ficou encarregado de escrever a autobiografia de Evita, publicada sob o título de "La Razón de mi Vida". Nesta semi-ficção, em que González recria este escritor "fantasma", nos faz viajar com ele à Argentina do regime peronista, numa conjuntura quente, irracional para muitos na qual as massas irrompem no

cenário político mudando as regras de jogo até então dominantes. E o acompanhamos na trajetória que realiza para recoletar dados para sua obra, valendo-se de diálogos imaginários com figuras da política e da cultura argentinas, que transportam quem não esteja familiarizado com os acontecimentos ao cenário de atuação de Evita.

Lendo este livro pequeno, facilmente podemos nos sentir seduzidos por Evita, através do relato sintetizado de suas origens humildes, como filha ilegítima, num povoado do interior da província de Buenos Aires; de sua fuga para a Capital, com 15 anos, para iniciar uma árdua luta como atriz, até chegar a participar de alguns filmes e programas de rádio; de seu romance com Perón, quando o coronel estava ascendendo no quadro político; de sua espetacular carreira como esposa do presidente, acumulando mais e mais tarefas e poder; de sua morte, em pleno auge da adoração popular; e, finalmente, das peripécias a que seu cadáver embalsamado se viu sujeito, num prenúncio das cenas macabras a que a Argentina posterior chegaria.

O escritor "fantasma" reinventado por González nos aparece algo ofuscado pelo intenso e alucinante ritmo de trabalho de Evita (ficava até altas horas da madrugada se dedicando à Fundação Evita, ao Partido Peronista Feminino e aos sindicatos), por sua magnífica beleza e por seu fanatismo e convicção na justiça da causa peronista. Evita aparece assim como uma espécie de "missio-

nária", em defesa dos pobres e dos esquecidos pela oligarquia.

Escolher este personagem para nos relatar a biografia de Evita é interessante porque é uma forma de nos levar diretamente à época, através de alguém que, não sendo argentino, vai descobrindo a Argentina peronista. Entretanto, sua escolha estabelece uma séria limitação porque o personagem em pauta carece de senso crítico sobre os aspectos autoritários do peronismo e da prática política de Evita, que deveriam ser melhor colocados, para nos dar um quadro mais completo, sem por isto cair numa visão apaixonada anti-Evita. Penella era, no fundo, alguém que pretendia con-

Agora, como classificar este tipo de militância e o estilo político de Evita? Podemos dizer que ela era uma feminista? González se refere a um "feminismo de massas", de "mobilização social", e se preocupa em transmitir, com várias perguntas em aberto, a ambigüidade de Evita em relação a seu papel como mulher política e das mulheres peronistas em geral: por um lado, os apelos incentivavam as mulheres a participar na política, mas por outro lado estes se realizavam sem tocar no "eterno feminino", colocando as mulheres numa posição de subordinação aos homens, tal como Evita se colocava em seus discursos frente a Perón. Ela era sua sombra, seu



tribuir na projeção de Evita como um novo mito feminino, fornecendo elementos para o culto peronista, e então com certa parcialidade ao assunto.

Um dos pontos, por exemplo, em que esta limitação se manifesta é o que diz respeito à descrição das características da militância das mulheres no Partido Feminino, criado em 1949, sob a presidência de Evita. Para González, as militantes desenvolviam uma "democracia rude e direta". Se concordo com a qualificação de "rude", entretanto o mesmo não ocorre com a de "democracia direta", porque essas militantes se posicionavam como fanáticas exensões de Evita, procurando doutrinar as mulheres na liturgia peronista, sempre acatando o princípio da verticalidade incondicional. Assim é que, chegando ao Parlamento, distinguiram-se por uma falta de iniciativa democrática e por sua total submissão às ordens recebidas, dedicando-se especialmente a policiar os possíveis traidores do Movimento.

instrumento. Ele determinava as diretrizes, ela as executava.

É difícil, portanto, falar de uma Evita feminista. O último aspecto mencionado pesava demais, e impedia que o discurso de Evita chegasse a questionar as relações de poder homem-mulher tanto no lar como na esfera pública. Se o peronismo e a prática de Evita se caracterizaram por uma crítica do status quo dominante, isto não aconteceu em relação às mulheres, porque não alterou o nível dos valores ditos "femininos", mas os reafirmou. As mulheres deviam fazer política, traduzindo sua "natureza" mais sensível e irracional (associada ao fanatismo) em tarefas próprias para elas, como o assistencialismo; este estilo se confrontava com o dos homens, que se caracterizava como mais racional, frio e calculador.

Júlia Silvia Guivant

(Júlia é professora na Universidade Federal de Santa Catarina e autora de uma pesquisa sobre Evita.)

# COZINHA

## Doutrinar para a submissão

Merece ser visto com atenção o filme húngaro *A doutrinação de Vera*, de Paul Gabor. A doutrinação em jogo (um curso ministrado pelo Partido Comunista húngaro de formação de quadros) não se faz só pelo estudo de textos clássicos do marxismo e, provavelmente, sua versão de bolso stalinista. Não é apenas o aprendizado dos fetiches das "críticas e autocríticas", da ideologia da delação e da desconfiança incorporada ao cotidiano.

Trata-se ainda de um ensaio sobre a incompatibilidade de uma vivência sexual livre de preconceitos e hipocrisias com o autoritarismo e a observação do princípio cego da hierarquia enquanto instrumento de poder.

Tornar-se um quadro do Partido, com as benesses que isso implica, significa aceitar as regras de convivência baseadas na moral mais reacionária sobre o exercício da sexualidade.

Da história muito bem narrada do filme, depreende-se por que o stalinismo combateu ferozmente tudo que apontava para a libertação da mulher valorizando a "nova família socialista" e outras aberrações. Avançar nesta libertação é colocar empecilhos bem grandes para que uns critiquem e outros se autocritiquem.

Ethel Leon



Ilustração Lilla

## Isso é que é vingança!

Fala-se em vingança histórica, em resgate histórico. E não é pra menos: em Roma, um lugar que virou símbolo da opressão feminina foi transformado, depois de quase um século e meio, em centro das lutas de emancipação da mulher.

O lugar é o edifício chamado "Bom Pastor", um instituto fundado em 1835 com o objetivo de "redimir as jovens perdidas" por uma monja que mais tarde se tornou Santa Eufrásia.

Em março passado, a Prefeitura cedeu o "Bom Pastor" aos grupos feministas para que ali instalem a Casa da Mulher. A Casa funcionava num prédio muito velho, em condições bem precárias de instalação, desde 1976, quando foi ocupado por vários grupos de mulheres.

(Serviço OIM-IPS)



## Várias

### Exploração de crianças

A "Anti-Slavery Society", em colaboração com a organização "Sweden's Save The Children", está iniciando um projeto internacional sobre exploração sexual de crianças, e solicita colaboração de pessoas que possam informar sobre pesquisas e projetos de ação brasileiros. Correspondência para: June Wyer, 180 Brixton Road London SW9 6AT, Inglaterra.

### Atenção, pesquisadoras

A Unidade de Estudos da Mulher do Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo, no México, está solicitando que sejam enviadas comunicações de pesquisa sobre a mulher latino-americana, para integrarem uma publicação coletiva. Informações: Aída Roboredo, Centro de Estudos, Coronel Porfirio Díaz, San Jeronimo Lidice, CP 10200, México, D.F.

## Abaixo o umbigo!

Tratar da sexualidade, em público, para crianças, que ousadia, meu deus! E ainda mais sob a forma de teatro, bonito, gostoso, convidativo, que horror. Este mundo está mesmo... se salvando pouco a pouco, foi o que pensei quando assisti *Cegonha, avião...* mentira não, atualmente em cartaz no TBC, em São Paulo.

O grupo responsável pelo trabalho — o Curral Novo de Belo Horizonte — parece ter acertado na escolha de quase todos os ingredientes. Não se trata de uma aula sobre sexualidade, mas de uma peça, que tem trama e ação, envolvendo o nascimento inabitual de um bebê, que não queria nascer. O recurso a diversas formas de expressão dá corpo à ação e, o mais sensacional, permite a criação de cenas (como o ato sexual entre dois bonecos numa cama de nuvens embalada como berço), até então inimagináveis em teatro para crianças. Por último, não se mente. Não se mente, é verdade, mas se omite sobre o desejo e prazer sexual de adultos e principalmente de crianças.

Isto é, faltaram dois ingredientes, como tem faltado em praticamente tudo o que o adulto produz sobre sexualidade destinado a crianças. Omite-se a existência de uma sexualidade que não seja carregada pelo bico da cegonha. Nega-se o desejo e o



prazer independentemente da procriação: para o adulto, quando se vincula exclusivamente o ato sexual ao nascimento; para a criança, quando se lhe apresenta apenas o modelo de prazer adulto, projetado no futuro, o que torna inominável a própria e específica experiência sexual infantil.

Fala-se portanto de sexo para criança, e não se fala com as crianças sobre sexualidade. Mas tenho certeza que isto ainda pode ocorrer... no dia em que o adulto se dispuser a olhar um pouco menos pro seu próprio umbigo.

Ficha técnica — texto: adaptação do original de Yes Vedrenne; atores: Claudia Patricia e Zacharias Goulart; bonecos: Edilson Botelho/Joaquim Zacharias Goulart.

O grupo (que aceita discutir) pode apresentar o espetáculo em escolas. Telefone em São Paulo: 265-5975. Endereço: R. Dr. José de Queiroz Aranha, 99, Apto. 82, fone 571-3881, Belo Horizonte.

Fúlvia Rosemberg



## Que legal, Grécia!

Avanços legais na Grécia: em janeiro, o Parlamento aprovou uma nova lei sobre Direito de Família, que abole o conceito de "chefe de família" e estabelece igual participação de ambos os cônjuges na gestão da sociedade conjugal.

Entre outras inovações da lei, estão estas: o adultério já não é punido com prisão, a idade mínima exigida à mulher para casar-se passa dos 14 para os 18 anos e não existe mais a figura do "filho bastardo", protegendo-se os filhos nascidos fora do casamento.

(Serviço OIM-IPS)

## Espectáculos de horror

O Parlamento europeu negou-se a abordar "em caráter de urgência" um projeto de resolução apresentado pela deputada da esquerda independente Vera Squarcialupi sobre operações de clitoridectomia praticadas em meninas africanas durante espetáculos noturnos em casas de diversão de Paris. A deputada lembrou que em fevereiro de 81 o Parlamento europeu aprovou uma resolução indicando que "a mutilação sexual é uma prática extremamente prejudicial para a saúde física e psíquica da mulher".

O assunto foi levado ao Parlamento depois que a revista norte-americana WIN-News publicou uma denúncia de um turista novaiorquino sobre a experiência que viveu no bairro de Pigalle, em Paris. Ele pagou 200 dólares para assistir a este "espetáculo": três homens segurando uma menina africana de 6 ou 7 anos, enquanto outro, muito lentamente, lhe fazia a ablação do clítoris. A menina gritava desesperadamente, e uma mulher entoava cantos rituais.

(Serviço OIM-IPS)



Ilustração Rosanna

## A trombada do secretário

Poucos dias antes da posse do governo de São Paulo, o deputado Almir Pazzianoto, novo secretário estadual do trabalho, foi à televisão falar de seus planos. Dizendo-se comprometido com as causas de todos os trabalhadores (enquanto vingar esse nosso léxico, trabalhadores que diz trabalhadores e trabalhadoras), o secretário anunciou medidas e demonstrou o mais vivo interesse em atuar no sentido de pressionar o governo federal para modificar leis nacionais contrárias aos interesses de quem trabalha.

No meio do debate (do qual participaram apenas homens), um repórter lhe dirige a seguinte pergunta: "O senhor deve ter conhecimento de que as feministas afirmam que as mulheres sofrem vários tipos de discriminação, não apenas de ordem emocional, mas também discriminações no mercado de trabalho. O que é que o senhor diria a elas?" O deputado abre um benevolente sorriso e despeja o seguinte: "Esse problema da discriminação da mulher é de natureza muito profunda... Até na Finlândia existe discriminação à mulher. Imagine só aqui, onde temos o coronelismo, mentalidades arraigadas. Esse problema é muito profundo... Não adianta sair dando trombadas por aí..."

Foi assim mesmo. Diante das câmaras de TV, dirigindo-se a provavelmente muitos telespectadores (e telespectadoras, é claro).

De seu discurso, temos algumas dúvidas. Será que o secretário quis dizer que mais uma vez a Europa, se não se curva, pelo menos, se posta ao lado do Brasil? E quem é que vai sair por aí dando trombadas? Certamente não serão as trabalhadoras paulistas, diante das quais, pelo menos duas vezes, o deputado pronunciou vibrantes libelos contra a opressão particular que as mulheres enfrentam nos locais de trabalho. Uma vez no I Congresso da Mulher Metalúrgica realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978 e outra, no ano passado, no Tribunal Bertha Lutz.

Não costuma dar em nós mulheres a síndrome da amnésia pós-eleitoral, secretário. Mire-se no exemplo das trabalhadoras químicas, que continuam brigando contra a discriminação patronal às mulheres.

Desse jeito, sr. secretário, é mais fácil a trombada ser sua...

Ethel Leon

## Provocação da vítima? Esta não cola mais...

O Parlamento sueco está estudando uma proposta de alteração na legislação do país sobre violência sexual, elaborada por uma comissão governamental que trabalhou 5 anos no tema.

O aspecto mais importante do texto, na opinião de juristas suecos, é uma atitude legal inédita: em nenhum caso os juízes deverão levar em conta a atitude da vítima antes do ato de violência. De acordo com a lei atual, há circunstâncias atenuantes para o agressor, entre elas a "atitude notoriamente provocativa da vítima" ou o fato de ela ter ou não pedido socorro.

Cerca de 90 por cento dos culpados de delitos sexuais têm sua pena atenuada pelo recurso à "atitude provocatória" da vítima, diz a comissão do governo, acrescentando que esta circunstância é difícil de provar mas já está "incorporada à consciência coletiva a imagem provocativa da mulher".

O projeto sugere ainda a despenalização do incesto realizado entre pessoas adultas. A lei vale também para os atos de violência cometidos contra pessoas do mesmo sexo.

(Serviço OIM-IPS)

## Machismo à moda maranhense

Os deputados estaduais Edivaldo Holanda e Celso Coutinho, do PDS maranhense estão indignados com a presença de Clodovil na televisão. Holanda chega a afirmar: "De uns cinco anos para cá, está crescendo nos meios de comunicação de massa, particularmente na televisão, a apologia ao homossexualismo e ao lesbianismo (sic), notando-se, claramente, um crescimento dessas anomalias" (sic).

Os dois nobres parlamentares já pediram providências ao ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, no sentido de que faça retirar o programa do ar.

É engraçado perceber como o autoritarismo vai mudando seu discurso ao sabor dos novos tempos. Da repressão política, no sentido estrito, passa-se para o campo da moral. Na defesa das práticas heterossexuais como as únicas explicitamente aceitas, os deputados reafirmam a manutenção dos guetos sociais e a clara discriminação a setores oprimidos.

Machismo nordestino, pra que te quero! Que sirva, ao menos, para que o Clodovil se toque e deixe de afirmar que nunca sofreu qualquer tipo de discriminação pelo fato de ser homossexual.

Ethel Leon



Não espere mais encontrar-se com alguém do Mulherio para fazer ou renovar sua assinatura. Preencha este cupom e mande pelo Correio: é rápido, é seguro. Não esqueça de cruzar o cheque, nominal à Fundação Carlos Chagas

Desejo fazer uma assinatura anual (6 números) de

MULHERIO, dos n° — a —  
Para isso estou enviado um Cheque Nominal  
no Valor de Cr\$

**1.200,00**

(Cr\$ 2.400,00 para o exterior)

Em nome da FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Redação do MULHERIO — Av. Prof. Francisco Morato, 1565 —  
05513 SP, fone 211-4511.

NOME \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_ PROFISSÃO \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_ CX. POSTAL \_\_\_\_\_ TEL. \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ ESTADO \_\_\_\_\_

## Constrangimento geral... E o Lindomar, hein?

"O que nós, homens, vemos na mulher? Temos absoluta convicção pessoal de que amamos essas mulheres, mas mais amamos nessas mulheres os nossos privilégios do que a sua emancipação, a sua afirmação e o seu direito tanto à felicidade quanto ao trabalho." Este é um trecho do discurso que Ruy Carlos Ostermann, deputado estadual da oposição gaúcha, fez na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul no dia internacional da mulher. Os deputados acostumados aos tradicionais discursos de apoio à mulher no dia 8 de março não conseguiram aplaudir Ostermann. Alguns até disseram a ele que tinham ficado "constrangidos" diante de sua sinceridade, e que "algumas coisas não deveriam ser ditas do plenário, mesmo que fossem verdadeiras". Segundo Ostermann, esse foi um dos discursos mais políticos que ele fez até hoje na Assembléia.

## Violência mexicana

No ano passado registraram-se no México aproximadamente 100 mil violações de mulheres (275 casos por dia), e só um de cada 100 violadores é levado à Justiça, afirmou o Centro de Apoio às Mulheres Violadas, na Cidade do México, em fevereiro.



## Pais cansados

Três menores chilenos foram abandonados recentemente nas portas de uma orgaização caritativa em Hamburgo: seus pais adotivos alemães haviam-se cansado deles dois meses depois de trazê-los do Chile, alegando "maus costumes". Mais de 20 mil casais se inscrevem a cada ano na Alemanha Federal para adotar crianças, e só a metade vê satisfeitas suas aspirações através dos canais legais. Isso leva a uma proliferação do "mercado negro", proveniente de países do Terceiro Mundo. (SERVIÇO OIM-IPS)

Pouco a pouco, o caso vai caindo no esquecimento... e o assassino continua à solta. Mas é preciso reativar a memória e renovar o grito de protesto: no último dia 30 de março, passaram-se dois anos do assassinato de Eliane de Grammont por seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho. Em São Paulo, a data foi lembrada com a entrega, por vários grupos feministas, de um documento ao juiz-corregedor geral da Justiça, solicitando urgência na condução do processo e punição para o criminoso. O documento foi lido nas escadarias da catedral da Sé por representantes dos grupos e em sessão da Câmara Municipal pela vereadora Irede Cardoso. O primeiro advogado contratado para o caso, José Carlos Dias, foi nomeado para a Secretaria de Justiça de São Paulo e teve que se afastar dos autos. Em março, depois de receber uma carta da mãe de Eliane, o presidente da OAB-SP, Márcio Tomaz Bastos, aceitou acompanhar o processo.

## Ele mora com a mamãe

A "família-tipo européia" está reduzida a menos de três pessoas, predominam os casais jovens que não querem filhos e observa-se uma tendência crescente à formação de núcleos familiares dependentes da mulher, que atua como "chefe da família". Essas são as principais conclusões de pesquisa divulgada em janeiro pela Comunidade Econômica Européia (CEE). A maior porcentagem de mulheres "chefes de família", ou seja, titulares de emprego "principal e importante" está na França e na Itália. E em 70 a 85 por cento de casos as mulheres divorciadas estão encarregadas de seus filhos, tenham ou não um bom trabalho. Enquanto a mulher só, chefe de família, escolhe viver por sua conta em sua própria casa, o homem tem tendência a viver num grupo mais extenso, unindo-se à família da mãe, da irmã ou de outros parentes ou amigos. Dos 10 países membros da CEE, a Irlanda é que tem a família mais numerosa, com três a quatro membros. (Serviço OIM-IPS)



Ilustração de Pety (através de Rib Maira) de D



Os homens-doutores estão ali, com ar severo e calados.

Os homens-doutores olham que olham para a mulher índia de côcoras que acaba de fazer nascer seu filho. Ela, de côcoras, sobre uma rede. A criança, a seu lado, na rede, ainda com o cordão umbilical atado à mãe. Seu ventre sendo massageado por uma índia mais velha, que a enlaga por trás. Uns minutos mais e a placenta é expelida. A mãe-índia coloca o filho no chão. Deita na rede e permite que a índia mais velha lhe massegeie o abdomen. A índia mais velha aquece as mãos na fogueira e lentamente vai passando as mãos sobre a barriga da mãe-índia.

Os homens-doutores olham apenas. Olham, por entre o claro-escuro das labaredas que gingham sobre a fogueira, o vulto do pai-índio que entrega às mulheres as folhas que traz das redondezas para serem colocadas na vasilha de barro com água fervendo.

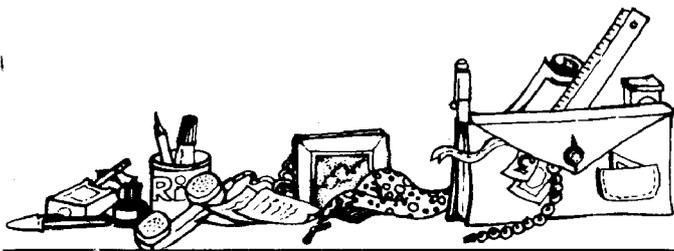
A mãe-índia olha o filho no chão que se agita, e calmamente passa a cuidar de romper o cordão umbilical, macerando-o em dois

lugares e passando a mão na terra para evitar escorregar os dedos. Depois de cortado, lava as mãos e limpa o filho com a água preparada com a infusão das folhas. Em seguida, o menino é entregue a uma das mulheres-ajudantes que o enrola em panos e o coloca numa rede mais alta.

A mãe-índia deita-se. Novas massagens. Toma aos goles a infusão tocando a garganta com os dedos. Vomita. Duas ou três vezes. O pai-índio explica aos homens-doutores que esse vômitos são bons para fazer sair o sangue "sujo". Minutos depois, a mulher, cansada, repousa na rede. Está sonhando, possivelmente sonhando com seu filho-índio.

Mais um Matipu nasceu!  
Mais um Matipu nasceu!

(Texto extraído do boletim "Mulher e Saúde", nº 4, da Associação de Mulheres de Mato Grosso. O boletim, divulgado na Semana do Índio, é uma homenagem às mulheres índias "como modelo de saúde e de vida que são para nós", segundo Marilza Ribeiro, da Associação.)



## Várias

### Faça você mesma

O Boletim Informativo nº 15 do Centro da Tribuna Internacional da Mulher, de Nova Iorque, é dedicado à "Mulher e o desenho". O interessante é que se trata de um guia tipo "faça você mesma", contendo instruções claras e factíveis sobre imprensa militante barata. Ótimas dicas para a confecção de panfletos, folhetos, volantes e mais uma série de símbolos feministas para copiar, inovar e colar. Pedidos para: Centro de La Tribuna Internacional de la Mujer, 305 East 46th Street, New York, N.Y. 10017, USA.

### Brasileiras em Londres

O grupo de Mulheres Brasileiras em Londres propõe intercâmbio de informações e publicações feministas Brasil-Londres. Endereço para correspondência: Brazilian Women's Group, c/o A Woman's Place, Hungerford House, Victoria Embankment, London WC2, Inglaterra.

### Boletim das lésbicas

No último 8 de março saiu o 2º número de ChanacomChana, boletim do Grupo de Ação Lésbico Feminista, de São Paulo. O boletim traz um editorial sobre a negação da homossexualidade, poesias, um comentário sobre o livro *A Queda para o Alto*, uma entrevista com Cida Kopcak, da Associação das Donas-de-Casa, e diversas notas informativas. O primeiro número do boletim tinha saído em fevereiro de 81.

### Encontro no Peru

Seguem a todo vapor os preparativos para o II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que será realizado de 19 a 22 de julho em Lima, Peru. A participação é aberta a quem estiver interessada e puder arcar com as despesas de viagem e, segundo a comissão organizadora, a participação será individual e não delegada. A comissão não quer que o encontro se transforme em congresso ou conferência, nos por votação se pudesse decidir "qual é a linha correta de feminismo". A responsabilidade pela preparação do temário é da Comissão de Ideologia (Casilla 5294, Lima 100, Peru).

### Dominicanas

O Centro de investigação para a Ação Feminina (CIPAF), da República Dominicana, está bastante ativo e sempre mantém Mulherio informado de suas atividades. Agora, de maio a agosto, o Centro realizará o I Seminário Nacional de Métodos e Técnicas de Investigação da Mulher Rural. Se quiser maiores informações, escreva para Calle Benigno Filomeno de Rojas, 305, Santo Domingo, República Dominicana.

### O partido feminista

Será realizado em Barcelona nos dias 2 e 3 de julho o I Congresso do Partido Feminista da Espanha. O partido foi legalizado em março de 81 e publica a revista teórica "Poder e Liberdade". Sua dirigente, Lidia Falcón, publicou "A Razão Feminista", sobre a tese da mulher como classe econômica e social. O Partido convida feministas de outros países a participarem do Congresso. A sede do Partido fica na C/ Bailén, 18, 3º-1º, Barcelona, 10.

### Prostituição e Igreja

Mulher-libertação, boletim trimestral do Movimento de Libertação da Mulher, integrante da Pastoral da Mulher Marginalizada da Arquidiocese de Lins, SP, trata de um tema inusual da Igreja: as prostitutas. O boletim traz informações sobre a ação da Pastoral em diversas cidades e material para reflexão sobre a prostituição. Correspondência: Caixa Postal 285, CEP 16.400, Lins, SP.

### Retificando

O Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), de Fortaleza, pede para retificar seu nome e endereço, que saíram incorretamente no Mulherio. O endereço certo é: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidade, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Av. da Universidade, 2732, Fortaleza, CEP 60.000. O NEDIM é um núcleo de extensão da Universidade Federal do Ceará, e desenvolve atividades de estudos e pesquisas, documentação e divulgação sobre a questão da mulher na realidade social.

### Negros, sim Machões, não

Parece ótimo o Walita Mix. O aparelhinho vem sendo apresentado num anúncio de TV que, esse, sim, é de amargar. A novidade do produto, soma-se outra: um casal em que o homem é negro e a mulher branca, numa linda cozinha. O negro, marido, faz o discurso do utensílio. A mulher o exhibe, pois é ela quem manipula, ou seja, quem cozinha e, portanto, quem deve executar o conjunto do trabalho doméstico. A mulher é a prática imediata; o homem, a reflexão. Muito chato, isso. Porque, é claro, nós mulheres somos solidárias a todos os setores oprimidos. E vemos a importância de um negro aparecer em cena, desta vez sem ser marginal ou servil. E mais: é ótimo ver que a imagem de um casal de propaganda de tevê não

Ilustração Lita Galvão



necessariamente se compõe de dois exemplares loiríssimos ou seus aparentados, à la ideal ariano. O ruim é a rigidez nos papéis masculino, feminino. O pior é o machismo do marido — e sua contrapartida na mulher caseira e submissa, sem palavras para explicar aquilo que é ela mesma quem faz. Negro, sim, machão é que não.  
Ethel Leon



• O II Congresso Internacional Interdisciplinar sobre a Mulher será realizado em Groningen entre 17 e 21 de abril de 1984. Os resumos dos trabalhos devem ser enviados, para seleção, até 1º de agosto de 1983. Informações: Second International Interdisciplinary Congress On Women — Sociological Institute University of Groningen, Grote Markt 23 9712 HR, Groningen, Holanda.

• A Fundação para o Livro Escolar do Estado de São Paulo vai realizar um seminário sobre "Ideologia e Livro Didático". A discussão sobre sexismo no livro didático, no dia 5 de julho, estará sob a responsabilidade de Maria Luísa Eluf. Informações: Fundação para o Livro Escolar, Rua Tenente Pena 212, CEP 01127, São Paulo, fone 223.1452.

• Com o apoio do ISIS e do Coletivo do livro "Mulher e Saúde" de Boston, a International Contraception Abortion & Sterilisation Campaign está organizando um tribunal e encontro internacionais da mulher sobre direitos reprodutivos. O evento está programado para o verão de 1984 no México. Correspondência para: International Contraception Abortion & Sterilisation Campaign — 374, Grays Inn Road, London WC1, Inglaterra.

• Você tem alguma pesquisa sobre trabalho feminino ou temas afins? Quer apresentá-la no VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)? Então envie até o final de maio um resumo da pesquisa à comissão de apoio ao grupo "A mulher na força-de-trabalho" da ANPOCS, a/c Mariza Figueiredo, rua Major Rubens Vaz, 719, ap. 102, Rio de Janeiro, 22470.



# a moça tecelã

**a** cordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear.

Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor de luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte.

Depois lãs mais vivas, quentes lãs lam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava.

Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos rebordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la à janela.

Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza.

Assim, jogando a lançadeira de um lado para o outro e batendo os grandes pentes do tear para a frente e para trás, a moça passava seus dias.

Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremea-

va o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranqüila.

Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo err que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou como seria bom ter um marido ao lado.

Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio da ponta dos sapatos, quando bateram à porta.

Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando na sua vida.

Aquela noite, deitada contra o ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade.

E feliz foi, por algum tempo. Mas, se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque, descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar.

— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E pare-

cia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer.

Mas, pronta a casa, já não lhe pareceu suficiente. — Por que ter casa, se podemos ter palácio? — perguntou. Sem querer resposta, imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates de prata.

Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecia, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira.

Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre.

— É para que ninguém saiba do tapete — disse. E antes de trancar a porta à chave advertiu: — Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos!

Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela

primeira vez pensou como seria bom estar sozinha de novo.

Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear.

Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e, jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Desteceu os cavalos, as carroagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continha. E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela.

A noite acabava quando o marido, estranhando a cama dura, acordou, e espantado olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito aprumado, o emplumado chapéu.

Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte.

Marina Colasanti

Extraído do livro *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*, recém-publicado pela Editora Nórdica.